

26,00

Para o Livro
da Associação
Pardas, 26/11/97

NINGUÉM MATOU SUHURA

Título: NINGUEM MATOU SUHURA ● autor: LILIA MOMPLE ● colecção: KARINGANA n.º 7 ●
edição: ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS ● n.º de registo: 0694/INLD/88
arranjo gráfico: GABINETE TÉCNICO DA AEMO/JN ● composição e impressão: IMPRENSA NACIONAL

EDIÇÃO FEITA COM APOIO DA NORAD

PREFÁCIO

Insiste a Lília num texto introdutório meu a este seu livro de estreia. Acedo a isso que poderia ser o cumprimento inócuo de deveres de amizade, tão somente pela oportunidade que se me oferece de ressaltar a importância de um certo tipo de postura literária de que Lília é exemplo feliz e significativo. Porque eu não gosto de me intrometer assim, entre o título e o texto, entre o autor e o leitor, para dizer o que na maior parte dos casos é supérfluo e, não poucas vezes, danoso.

Justificar-se-á mais a interposição de um prefácio quando o texto a introduzir, tratando-se de ficção, bem entendido, não seja de um contemporâneo ou quando a matéria por ele tratada seja estranha à vivência do leitor provável, quando enfim a ausência de elementos de enquadramento histórico, ambiental ou de outro modo cultural, prejudique a plena compreensão do texto.

Não é o caso deste «Ninguém Matou Suhura», pelo menos enquanto proposto ao leitor moçambicano.

Efectivamente Lília Momplé conduz-nos a um passado que é próximo à experiência da generalidade dos moçambicanos de hoje não só porque é recente como até, e mais importantemente, porque constitui um dos pontos de referência do processo moçambicano.

As histórias deste «Ninguém Matou Suhura» retratam situações de conflito que decorrem da ocupação estrangeira ao nosso país. São histórias que ilustram a História, forçosamente convidando o leitor à reanálise do nosso quotidiano neste tempo de balanço e mudança.

Não fosse outro, esse seria já mérito assinalável deste trabalho de Lília Momplé.

Ao ler as histórias que fazem parte deste livro a gente imagina o que a autora terá dito de si para si quando testemunhou algumas das situações aqui descritas, ao tempo de elas acontecerem. «Um dia eu escrevo» — as palavras de frustração e desafio, temor e resgate que, ao longo da história, terão despoletado tantas vocações para a literatura. Tê-las-á dito Lília Momplé? Crível, se atentarmos na preocupação de datar, de localizar espacialmente as histórias. E, nas próprias histórias, é inegável que a simpatia (ou identificação) com os ultrajados, os agredidos, vem com o empolamento da testemunha autêntica, a veemência do facto vivido.

Percurso autobiográfico, portanto, crónica mais do que ficção? o «verídico» substituindo-se ao «romanesco» numa escrita por isso mesmo irremediavelmente «datada»? Acenos para o crítico da moda. Saiamos desta querela, deixando dito que à literatura não pode repugnar a verdade e que o temário da ficção moçambicana não pode ser amputado por pudor, tibieza ou descaso, dessa dimensão recorrente em toda a tentativa de explicar a realidade que vivemos: a agressão colonial.

A «narração de sofrimento» como entre nós se diz, não é evidentemente a fonte única da literatura moçambicana — felizmente tantas e boas obras o provam; a austeridade classicizante que Lília escolheu praticar nestas histórias (onde a linearidade do fio narrativo não prejudica a frescura e a força evocativa) não se arvora em libelo contra a busca formal, contra a plasticização da linguagem pela transgressão à norma, pelo questionamento da estrutura. A literatura é um espaço de liberdade onde cabem os iconoclastas e os outros.

O que Lília escreve acrescenta-se e enriquece a literatura moçambicana não apenas pelo valor testemunhal mas também pelas outras dimensões que se fazem presentes quando saímos da crónica jornalística e entramos no campo da ficção. Dá para dizer à Lília que ainda bem que chegou enfim o dia de escrever, há tanto jurado.

Luís Bernardo Honwana

LÍLIA MOMPLÉ ■ NINGUÉM MATOU SUHURA ■ LÍLIA MOMPLÉ

ACONTECEU EM SAUA-SUA

ASSOCIAÇÃO DOS ESCRITORES MOÇAMBICANOS ■ COLECÇÃO KARINGANA

Junho de 1955

Mussa Racua aproxima-se lentamente da palhota de Abudo. Todo o cansaço de um dia inteiro de caminhadas infrutíferas se concentra no olhar, cuja melancólica serenidade reflecte uma tristeza sem esperança. Embora lento, o seu andar não revela o esforço despendido desde a madrugada, percorrendo sem descanso longas distâncias entre as palhotas de amigos e conhecidos. Caminha com passos firmes, de cabeça erguida, o belo corpo esguio bem direito. A ansiedade e a dorida revolta que o queimam, sabe ele escondê-las dentro de si. Só os olhos, demasiado serenos, demasiado fixos, denotam a conformada lassidão do jogador que tudo perdeu.

Abudo é a sua última esperança. Contudo, uma esperança tão remota e fugidia que, longe de o animar, o enche de pavor. Não recua só para justificar a si próprio que lutou até ao fim.

Como se já o esperasse, o amigo recebe-o encostado à pequena porta azul da sua palhota.

— Boa-tarde irmão — cumprimenta o recém-chegado

— Boa-tarde — retribui Abudo.

Dão-se as mãos à maneira dos macuas do litoral, apertando-as duas vezes, obliquamente.

— Salama?

— Salama.

Abudo já deve saber o que o amigo procura. As palhotas de Saau-Saau são dispersas mas, por qualquer estranha razão, as notícias de morte e de desgraça propagam-se rapidamente, como que levadas pela

inquieta aragem que acaricia as folhas das mangueiras. Os dois amigos fitam-se por um momento e Mussa Racua compreende imediatamente que o outro já sabe tudo.

— Entra — convida Abudo.

Mussa Racua tem que baixar-se um pouco para franquear a tosca portinhola pintada de azul. Aquela porta é o orgulho de Abudo, assim como as duas pequenas janelas igualmente pintadas de azul. Um azul claro e lustroso, luxo contrastante com a pobreza do resto da palhota, cuja mataca já se gastou em vários sítios.

O pequeno compartimento para onde Abudo leva o amigo é limpo e fresco, com o chão de terra batida coberto por uma grande esteira. Como único mobiliário além da esteira, um banquinho de três pernas, uma moringa de barro e uma catha, tudo bem arrumado a um canto.

Os dois amigos sentam-se na esteira, um em frente do outro. Um silêncio expectante paira no ambiente, e até mesmo as vozes das crianças que palram no quintal soam distantes e estranhas como um eco.

— Ano mau este, irmão — diz por fim Abudo, na doce língua macua.

Mussa Racua encara-o com gratidão. O amigo quer ao menos poupar-lhe as palavras que desde madrugada vem repetindo, repetindo em todas as palhotas, repetindo até quase lhes perder o sentido.

— Disseram-me que andas à procura de arroz para entregar na Administração.

— Desde ontem — responde Mussa Racua — tu és o último amigo a quem venho pedir ajuda. Bem sei que ainda te devo meio sacco que me emprestaste o ano passado... Por isso não queria pedir-te outra vez. Mas hei-de pagar. Tu sabes que eu pago. Faltam-me dois sacos este ano. Desde ontem que ando à procura e nada consegui. Se pudesses arranjar-me dois sacos eu...

— Este foi um ano maldito. Quase não caiu chuva... — interrompe Abudo.

Mussa Racua não o ouve sequer. Repete obstinadamente as mesmas palavras em frases curtas como soluços. De repente, nota que Abudo baloiça suavemente o corpo e que tem os olhos pregados na esteira.

«Não vale a pena continuar aqui. Este também não pode socorrer-me» pensa Mussa Racua, tomado de uma súbita e inexprimível lassidão.

Faz menção de se levantar. Porém, o que o amigo lhe diz agora paralisa-o como um soco recebido, sem esperar, em pleno rosto.

— Eu também vou para a plantação, irmão! Como tu e como tantos outros este ano.

— Não pode ser. — grita Mussa Racua.

— Porque não? Também não consegui tirar o arroz que eles querem. Portanto tenho que ir para a plantação — responde Abudo com uma calma soturna.

Mussa Racua encara-o boquiaberto. Vencendo por fim o espanto, aproxima-se um pouco do amigo e fala-lhe quase num murmúrio.

— Mas tu sempre consegues safar-te. O terreno que te marcaram fica numa baixa. Não tens que estar como eu, sempre a suplicar que a chuva caia. E porque não foste pedir ajuda aos amigos?

— Fui sim! Fui ter com aqueles que eu pensava que me podiam ajudar. Mas este ano, como tu sabes, mesmo esses, a maioria não tem arroz que chegue para escapar da plantação. Outros só conseguiram o suficiente para entregar na Administração.

— A tua mulher já sabe? — pergunta Mussa Racua.

O outro encolhe os ombros como quem considera a pergunta descabida.

— Sabe sim. Como não havia de saber?

— Ah! Sim, tens razão... Tem que saber... claro! Mas tu não calculas o que aquilo é... Não estás com medo porque nunca lá estiveste!

Abudo nada responde. A angústia dos gestos e das palavras do amigo atravessam pouco a pouco a barreira da resignação que conseguira construir dentro de si, desde que se certificara que tinha mesmo que ir para a plantação.

— Como sabes que não tenho medo? — pergunta por fim — Mas o que havemos de fazer? Diz lá! És capaz de descobrir o que havemos de fazer?

E as últimas palavras soam carregadas de uma ironia amarga.

— Não sei nada! Só sei que não aguento a plantação segunda vez.

— Mas o que havemos de fazer? — repete Abudo, já com um travo de desespero na voz — diz lá irmão! O colono é que manda, como é que tu não vais para a plantação se não tens o arroz que eles querem? Se foges, és apanhado como os outros. E então é que vais para lá todos

os anos. Quase todos os que são apanhados acabam por lá morrer. Sabes isso muito bem...

— Mas tu já viste irmão, que vida é a nossa? — interrompe Mussa Racua — vem essa gente da Administração e marca-te um terreno. Dão-te sementes que não pediste e dizem: tens que tirar daqui três sacos ou seis ou sete sacos, conforme lhes dá na cabeça. E se por qualquer razão adoecemos ou não cai chuva, ou a semente é ruim, e não conseguimos entregar o arroz que eles querem, lá vamos nós parar às plantações. E os donos das plantações ficam contentes porque conseguem uma data de homens para trabalhar de graça. E a gente da Administração fica contente porque recebe dos donos das plantações um tanto por cabeça que entrega. E nós é que vamos rebentando de medo e de trabalho todos os anos. E mal podemos cuidar das nossas machambas que nem dão para comer.

Abudo escuta-o cabisbaixo, uma raiva impotente crescendo dentro dele.

— Escuta! — continua Mussa Racua, numa exaltação febril — eu nunca te falei daquele sofrimento. Todos os que experimentam a plantação não querem mais falar daquilo. A comida sabe a merda! E mesmo assim é só o suficiente para um homem aguentar o trabalho. E aquele sisal que nunca mais acaba. Aquele sisal tem sangue, irmão, está cheio de sangue! A trabalhar sempre doente. Doente e a apanhar porrada. E depois de tanto tempo, vir de lá sem nada... Sem nada, irmão! E aqui as nossas poucas coisas sem um homem para cuidar.

— Mas tem de ser, irmão, o colono é que manda. O que havemos de fazer? O colono é que manda.

Abudo repete as palavras como quem recita uma ladainha. Os olhos de Mussa Racua perdem de repente a agitação que os animara durante a conversa com o amigo. Gostaria de lhe fazer compreender todo o horror da plantação, mas sente como são pobres as suas palavras de homem simples.

— Não vale a pena — pensa com irritado desespero — não vale a pena.

Pensa também que, se o amigo tem que partir, porque lhe há-de meter mais medo? A plantação é o terror de todos os negros, mesmo daqueles que nunca lá estiveram. Abudo tem sido um bom amigo. Muitas vezes o salvara da plantação emprestando-lhe todo o arroz

que lhe sobrava, depois de entregar o exigido pela Administração. Por isso não gostaria de o ver sofrer para além das suas forças. Porque o sofrimento da vida diária, a constante certeza de não ser ninguém, o medo entranhado dos colonos, tudo isso, ainda julga que é possível suportar. Mas a plantação...

Mussa Racua levanta-se lentamente da esteira. Só agora repara que a noite caiu completamente e lá fora os animais nocturnos iniciaram já o seu concerto nostálgico. A mulher de Abudo traz do quintal um pequeno candeeiro de petróleo que pousa no banquinho de três pernas. Cumprimenta Mussa Racua com uma voz repassada de tristeza. Dir-se-ia que há milénios vem acumulando resignadamente toda a tristeza do mundo. Aquele corresponde ao seu cumprimento de uma maneira vaga. É como se ela já não existisse naquela casa, como se já tivesse sido varrida pela desgraça que paira sobre a sua família.

— Bem, vou-me embora — despede-se, de repente, Mussa Racua — adeus!

— Tem calma — pede-lhe Abudo.

A estudada resignação do amigo irrita violentamente Mussa Racua que, sem mais uma palavra, transpõe a pequena porta azul e mergulha na noite. Tem ainda que percorrer uma grande distância até à sua palhota, e caminha rapidamente, indiferente à fresca brisa nocturna e à melodia tão familiar dos animais do mato. O cérebro fervilha-lhe de ideias e projectos que se atropelam, sem nunca se definirem. Chega por fim à palhota. A mulher mal o sente vem ter com ele e, ao dar com os sacos vazios atirados no chão, compreende que o seu homem terá mesmo que partir para as plantações.

— Nada! Não consegui nada! — diz-lhe Mussa Racua simplesmente.

Está de pé, junto à porta, e contempla a sua Maiassa. A sua Maiassa que nem a gravidez já adiantada consegue deformar. Ela é, na verdade, uma bela mulher, negra como ébano, de pele de seda e grandes olhos langorosos e meigos.

— Vou perdê-la — pensa Mussa Racua — não há nenhuma mulher nova e bonita que aguento esperar um homem que vai para a plantação.

É uma dor funda e intolerável obriga-o a dizer bruscamente:

— Estou cansado. Traz-me de comer.

Não sente fome alguma. Não se alimentara durante todo o dia mas não tem fome. Porém, não pode suportar a presença da mulher, ali à espera que ele lhe diga qualquer coisa. Não tem nada para dizer. Vai para a plantação, só isso. Poderia ainda acrescentar que brevemente deixará de ser Mussa Racua para ser uma espécie de animal que trabalha, desde o romper do dia até ao pôr do Sol, na plantação de um senhor qualquer. E que, quando voltar com o corpo marcado de novas cicatrizes, já não a encontrará. Será que se ele lhe dissesse ela compreenderia tudo isso de repente? Mussa Racua não tem a certeza, embora Maiassa seja uma mulher que compreende muitas coisas. E como não tem a certeza e ainda não sabe como lhe há-de fazer compreender a profundidade do seu desespero, manda-a desabridamente trazer a comida.

Depois de ter engolido a custo o nimine de banana que Maiassa lhe trouxe, Mussa Racua estende-se na quitanda. Fica a ouvir a mulher lá fora a lavar as panelas e a velha gamela de alumínio onde costumam comer e imagina-lhe os gestos delicados e mansos que lhe são tão queridos. Quando ela por fim se vem deitar a seu lado, oferecendo-lhe o corpo ainda fresco do banho da noite, Mussa Racua abraça-a a tremer de um estranho desejo mesclado de fúria. Intuitiva como é, Maiassa compreende-lhe o contido desespero. E consegue transformar a sua própria dor em carícias de mel que o acalmam por uns breves momentos.

Só depois de a mulher se ter ido deitar na sua quitanda, Mussa Racua, exausto mas sem sono, toma consciência de quanto andou durante todo o dia. Cada músculo do corpo é um foco de dor e os pés latejam-lhe, pesados como chumbo. Contudo, o cérebro está alerta, procurando penosamente uma solução para a sua vida. E, sem querer, recorda, um a um, os acontecimentos relacionados com a sua anterior experiência na plantação de sisal.

Tinha casado havia pouco tempo com a primeira mulher. Ela chamava-se Anifa e era muito jovem. Os dois trabalhavam sem descanso na sua pequena machamba e na machamba de arroz marcada pela Administração. Apesar de ser tão jovem, Anifa ajudava-o como uma verdadeira mulher. Semearam o arroz, transplantaram-no com todo o cuidado e o colheram-no. Não comeram nem desperdiçaram um único grão. Mas mesmo assim, depois da colheita, conseguiram apenas cinco sacos. Tal como desta vez, Mussa Racua percorrera as palhotas

de todos os seus amigos e conhecidos, suplicando que lhe vendessem o arroz que lhe faltava para entregar na Administração. Mas o ano tinha sido mau, quase sem chuva, e ninguém lhe pudera valer.

Ele era ainda um jovem sem experiência e, por isso, ingenuamente, fora declarar à Administração que não podia entregar o arroz exigido, devido à seca. Tinha trabalhado tanto, pensava ele, que haviam de compreender que não fora por culpa sua que tirara pouco arroz. Foi então levado à presença de um branco. Não era o administrador, mas alguém autorizado a decidir por ele. O branco falava pausadamente em português e o Língua negro traduzia aos berros o que o outro dizia.

— Tinhas que entregar sete sacos, não é?

— É sim — respondeu Mussa Racua — trabalhei muito mas não consegui por falta de chuva.

O branco disse qualquer coisa que o Língua traduziu para macua em altos brados.

— Se não apresentares os sete sacos que te mandaram, vais pagar na plantação, ouviste? Acabou-se a conversa. Ouviste bem? Podes ir embora.

Sim, Mussa Racua tinha ouvido bem. E tinha ouvido também por outros que lá estiveram, como é dura a vida na plantação e quanto prejuízo traz aos homens que para lá vão e deixam a sua casa. Outros morrem por lá, sem o consolo da família. Outros ainda voltam cegos. Basta um gesto menos atento ao cortar o sisal e pronto, um espinho enfia-se pelo olho de um homem. E todos regressam doentes e estropeados, moídos de pancada e de trabalho sem recompensa.

E agora, estendido na quitanda, os braços cruzados atrás da nuca, os olhos febris fixando a escuridão, Mussa Racua recorda ainda os dias terríveis, passados na plantação de sisal do senhor Fonseca. Somente as poucas horas de sono eram suportáveis. Apesar dos mosquitos que infestavam o barracão onde dormia com os outros trabalhadores, apesar das feridas do chicote que o impediam de se adaptar a qualquer posição, apesar do extremo cansaço... Mas eram sempre tão breves as horas de repouso.

Mussa Racua não pode suportar tais recordações sem que ondas de verdadeira dor física lhe percorram o corpo. Mas, mau grado o esforço que faz para as afastar, elas voltam de novo, insidiosas e amargas, martelando-lhe o cérebro exausto. E lembra-se ainda do regresso... No caminho soubera que a mulher tinha ido com outro homem

para Matibane. Não aguentara a longa ausência sem notícias e sem dinheiro. Recordava-se também de como encontrou a casa vazia, a pequena machamba coberta de capim, os seus poucos cabritos desaparecidos...

Bruscamente, Mussa Racua senta-se na quitanda. Apesar da noite fresca, gotas de suor cobrem-lhe o rosto tenso e o corpo treme-lhe de pura indignação.

— Não, não posso aguentar outra vez tanto sofrimento — pensa ele — há outros que aguentam, mas eu não posso. É melhor morrer. Não acordar nunca mais. Não ser mais um animal. Não voltar mais a casa e ver que a minha mulher foi com outro homem.

E de repente, a solução há tanto tempo procurada surge-lhe tão simples, tão natural, tão evidente, que se admira de a não ter encontrado muito antes.

Na escuridão enluarada do pequeno quarto sente a mulher a dormir um sono agitado mas profundo. Um desejo violento de a apertar nos braços para sempre impele-o para ela, mas recua a meio do quarto. Então, com movimentos felinos, rápidos e silenciosos, vai-se embora sem a olhar sequer.

Maiassa só acorda com a primeira claridade da manhã e, num instante, põe-se fora da quitanda. Lembra-se vagamente que tem que enfrentar uma grande desgraça, mas o quê?! O sono pesado da mulher grávida impede-a ainda de pensar com clareza. Só quando olha para a quitanda do marido e não o vê, é que se apercebe do que a preocupa.

«Sou uma mulher má» pensa ela «O meu marido daqui a dias vai para a plantação e eu ainda consigo dormir tanto.»

Corre a lavar-se no chaorro que fica no quintal. Mas, quando volta para o quarto, sente que há algo de anormal. Não ouve os movimentos habituais do marido. Apesar do alegre coro da passarada que canta nos ninhos pendentes das árvores, o silêncio da palhota oprime-lhe o coração. Onde estará o marido? Porque não o ouve ela esta manhã? Procura-o por toda a palhota, no quintal, no chaorro, no pequeno curral dos cabritos...

— Puapo nhum! Puapo nhum! — chama ela, já inquieta e angustiada.

Somente o chilreio dos pássaros lhe responde. Presa de ansiedade, procura o marido pelos carreiros próximos da palhota.

— Puapo nhum! Puapo nhum! Puapo nhum!

O ventre pesa-lhe, mas ela começa a correr como se quisesse chegar a tempo de impedir uma desgraça. Sempre a correr, resolve ir apanhar a estrada principal. Mas, pouco a pouco, o pressentimento que lhe oprime o peito vai-se tornando uma certeza. Já não corre nem grita. Não sabe bem o que terá acontecido, mas sente que algo de irremediável se passou, que o seu homem se foi, que não mais o terá. E é quase sem surpresa que, ao dobrar um carreiro, dá com o corpo de Mussa Racua suspenso de uma mangueira, balouçando docemente ao sabor da brisa matinal. Tombado no chão, um saco cheio de arroz.

Horas depois, um camponês seco e esfarrapado é introduzido quase à força no gabinete do administrador. O homem é constantemente sacudido por tremores que não consegue reprimir. O Língua, um mulato mal-humorado, fala por ele. Já tinha ouvido a história toda em macua e conta-a agora em português.

— Logo de manhã — diz ele — ia este homem a passar, quando viu um enforcado numa mangueira. Aproximou-se e viu que era um tal Mussa Racua. No chão estava um saço de arroz tombado e uma mulher desmaiada. Era a mulher do tal Mussa Racua. Teve um trabalho para fazer voltar a si a mulher que estava bem desmaiada e...

— Anda lá depressa com essa história — impacienta-se o administrador.

Os dramas dos negros não lhe interessam, ou melhor irritam-no! Por isso não suporta os preâmbulos do Língua. Este, que gosta de traduzir tudo minuciosamente, fica desorientado com as pressas do administrador e cala-se, incapaz de prosseguir.

«Minha mãe, já não sei onde vou» pensa ele aterrorizado.

— Continuas ou não? — berra-lhe o administrador.

O Língua faz um esforço extremo para resumir a história e prossegue atabalhoadamente:

— A mulher então, quando este homem perguntou porque é que o marido se tinha enforcado, respondeu que era por causa do arroz.

— Por causa do arroz? — exclama, quase sem querer, o administrador.

Isto agora já começa a interessá-lo. Arroz já é com ele.

«Lá está este homem a interromper. Já não sei onde vou outra vez» pensa o Língua com desânimo.

E apressa-se a terminar a história que, assim resumida, não tem qualquer interesse em traduzir.

— Sim — continua, falando rapidamente — tinha que entregar oito sacos e só conseguiu seis. Foi pedir aos amigos mas não conseguiu nada. Por isso tinha que ir para a plantação, claro. E como não queria ir para a plantação, enforcou-se. E para se enforçar utilizou um saco de arroz. A mulher ficou na palhota porque não pode andar, mas isto é o que ela pensa, e foi isto que ela contou a este tipo.

Conclui a história apontando para o camponês que, por sua vez, o olha assustado.

— Quantos sacos disseste que ele conseguiu? — pergunta o administrador passado um momento, fazendo girar o pisa-papéis nos dedos gordos.

— Seis sacos, senhor administrador — responde o Língua.

— Tratem de os ir buscar quanto antes. A semente era da Administração e portanto temos direito ao arroz. E façam como é costume nestes casos. Avisa os sipaios.

— Muito bem, senhor administrador. Vou já tratar de tudo, senhor administrador — cacareja o Língua.

O camponês seco e esfarrapado não deixou de tremer durante todo o tempo que esteve de pé, diante do administrador. Não percebeu quase nada da conversa em português, mas esteve sempre à espera de ser interrogado e está satisfeito por tal não ter acontecido. Veio contar o que tinha visto porque não havia outra solução. Porém, não quer nada com a gente da Administração e muito menos com o próprio administrador. É pois com verdadeiro alívio que recebe a ordem para se retirar e apressa-se a sair às arrecuas, arrastando as pernas magras e trémulas.

Sem o ver, o administrador segue-o com os olhos até à porta. Depois, voltando-se para o Língua, mas falando mais para si próprio, desabafa com uma raiva impaciente:

— Estes cães assim que lhes cheira a trabalho, arranjam sempre chatices. Ou fogem ou suicidam-se. Maldita raça!

CANIÇO

Lourenço Marques, Dezembro de 1945

Como sempre, Naftal desperta sem vontade.

O quarto onde dorme com os irmãos cheira a suor e a mofo, pois é um compartimento demasiado pequeno para albergar quatro pessoas. Além disso, a única janela está sem rede e teve de permanecer com as portinholas de madeira fechadas toda a noite, por causa dos mosquitos.

Naftal levanta-se devagar e, ainda ensonado, dobra o velho trapo que lhe serve de lençol, enrola a esteira onde dormiu e vai colocar tudo a um canto. Não tem relógio mas, como o sol já penetra pelas frestas da palhota, ele sabe que são horas de partir para o trabalho. Tem apenas dezassete anos mas, sendo órfão de pai e o mais velho dos irmãos, já lhe pesa a responsabilidade de ser praticamente o chefe de uma família de seis pessoas.

O pai trabalhou vários anos nas minas do John e de vez em quando vinha visitar a família. Eram períodos de relativa abundância, esses em que o pai estava em casa. Mas eram também tão breves e espaçados que Naftal já não sabe se os desejava realmente. Parece-lhe que depois ficava a sentir mais intensamente o amargo sabor da miséria.

Da última vez, até mesmo a estada do pai foi uma tristeza. Chegou magro e alquebrado, com uma estranha cor parda, tão diferente do seu belo tom, negro brilhante. Logo depois da distribuição dos presentes que tinha trazido para a família, deitou-se na esteira. E assim permaneceu dias seguidos, levantando-se apenas para comer, o que fazia com visível sacrifício. A mãe esmerava-se na confecção dos poucos

pratos que conhecia, gastando nisso quase todo o dinheiro que o marido trouxera. Esforço inútil, pois ele parecia ter enjoado toda a espécie de alimento e mal comia alguma coisa, afastava o prato.

— Está muito bom — dizia ele então, forçando um sorriso. — Mas ainda estou muito cansado... Hei-de comer quando estiver melhor.

Nem mesmo Aidinha, sua dilecta filha mais velha, que tinha o hábito de comer com ele no mesmo prato, conseguia forçá-lo a alimentar-se. A mãe resmungava, entre ofendida e assustada. Um dia, quando o marido rejeitou uma apetitosa matapa, seu prato preferido, ela rogou-lhe que fosse ao curandeiro ou ao hospital, pois devia estar muito doente. Muito doente estava ele, na verdade. Mas recusou-se a ir ao curandeiro e muito menos ao hospital. Deixou-se ficar estendido na esteira, curtindo a sua tossezinha seca e sentindo um grande cansaço de tudo.

Os filhos mais novos miravam-no de olhos arregalados, arrastando à sua volta os andrajos sujos e os cacos e pedregulhos que lhes serviam de brinquedos. Associavam o pai a guloseimas e a prolongados passeios e por isso admiravam-se de o ver ali estendido, sempre a tossir daquele modo esquisito. Por vezes ele sorria-lhes frouxamente. Animavam-se então as crianças com esse breve sinal de atenção e entreolhavam-se a rir, arreganhando os dentes muito brancos. Por um momento convenciam-se que o pai os levaria a passear, como das outras vezes. Mas depressa se desiludiam, pois ele logo a seguir recaía na mesma exasperante modorra, imóvel, de olhos fechados, sacudido pela tosse. E era sempre assim que Naftal também o vinha encontrar, quando à noite regressava do trabalho.

De vez em quando apareciam familiares e amigos que cansavam o pai com perguntas e conselhos. Para se livrar deles, resolveu consultar um curandeiro famoso que vive para os lados do aeroporto. E, ou fosse por causa das beberagens do curandeiro, ou fosse pelo desejo intenso de voltar a trabalhar, o certo é que foi ganhando forças. Passou mesmo a comer melhor e a levar os filhos a passear de vez em quando. Mas a tosse continuou seca e persistente. E no último dia, quando Naftal o viu subir para o comboio que o levaria de regresso ao John, notando-lhe o olhar cintilante de febre e a pele macilenta contornando os ossos, teve a certeza de que nunca mais o veria.

Efectivamente, pouco tempo depois de o pai ter partido, receberam a notícia da sua morte. As minas tinham-lhe comido as forças

e a carne, como a tantos outros negros que partem de Moçambique perseguindo sonhos de riqueza. E, depois de tantos anos de trabalho esgotante deixavam como herança uma trouxa de roupa usada, um pequeno rádio e um par de óculos escuros.

Naftal era quase uma criança quando o pai morreu, mas já há algum tempo que trabalhava. Todavia o seu magro salário de «moleque» mal dava para pagar a renda da palhota. Nem mesmo juntando o que Aidinha ganhava como «aia de meninos», conseguia livrar a família da miséria. E com os irmãos mais novos não podia contar pois tinham apenas dez, oito e seis anos, respectivamente. Mas foram vivendo na conformada penúria da gente do Caniço, até que um dia Aidinha desapareceu.

Em vão a procuraram no hospital, na polícia e em todas as palhotas do Caniço. Chegaram a aventar a hipótese de ter sido morta ou raptada, pois ninguém sabia dela. Mas uma manhã, várias vizinhas vieram sucessivamente informar a mãe que alguém a tinha visto numa casa de prostituição, na Avenida de Angola. E davam informações concretas sobre a localização da casa. Revelaram também que a dona era uma mulata, de nome Aurora Caldeira, que Aidinha fora aliciada por outra «aia de meninos» e mais pormenores. A mãe não quis acreditar. Aidinha era uma criança sossegada, incapaz desses atrevimentos, garantia ela. As vizinhas respondiam que não duvidavam das suas palavras, ao mesmo tempo que a aconselhavam a ir à tal casa de prostituição, só para se certificar. Davam também inúmeros exemplos de raparigas do bairro que eram sossegadas e acabaram em prostitutas.

Como Aidinha nunca mais aparecesse, a mãe acabou por seguir os conselhos das vizinhas e, depois de várias tentativas goradas, conseguiu por fim penetrar na tal casa de prostituição, onde, efectivamente, a jovem se encontrava. Ficou no pequeno *hall* de entrada, bem junto à porta, de pé, segurando o nó da capulana com ambas as mãos, e assim permaneceu durante um tempo que lhe pareceu interminável. Quando Aidinha finalmente apareceu, sentiu o coração fugir-lhe do peito. Aquela rapariga de lábios besuntados e olhos mal dormidos, que entortava as pernas em cima de sapatos de salto alto, nada tinha a ver com a sua filha. Teve vontade de lhe bater ali mesmo, mas dominou-se e disse simplesmente:

— Vamos para casa, minha filha.

Aidinha não lhe disse que estava farta de miséria e que sendo negra, não tinha outro caminho para se livrar dela. Só tornando-se puta. Não disse nada disso, mas respondeu com a fria serenidade de quem há muito tinha feito uma opção:

— Não, mãe, deixe-me viver assim. Para a palhota eu não volto mais. Nunca mais.

A mãe escutava-a assombrada, procurando ansiosamente palavras que pudessem penetrar no coração da filha. Mas achou-se impotente para argumentar com aquela estranha de cara pintada e voz de gelo. Além disso, depressa compreendeu que o ódio profundo que a rapariga parecia sentir por toda a sua vida passada, abrangia também a ela, sua mãe. Acabou por sair sem dizer nada, tonta de dor e de vergonha. E quando, mais tarde, as vizinhas foram saber o resultado do seu encontro com Aidinha, deixou-as roídas de curiosidade.

— Aidinha não quer voltar para casa — disse ela. E nada mais adiantou.

Sempre fora uma mulher de poucas falas mas, a partir desse dia, fechou-se num mutismo que só quebra muito raramente. Para a família não morrer de fome, empregou-se como mainata numa casa no Alto Maé. Os filhos mais novos ficaram assim entregues a si mesmos. E, como lhes estava vedado o direito de ir à escola, passava os dias percorrendo sem destino os becos poeirentos do Caniço.

Entretanto a carreira de Aidinha como prostituta foi fulgurante e breve. Apesar da falta de experiência, ou talvez por isso mesmo, ela agradava aos homens que procuravam a casa da Aurora Caldeira. Assim, quando se apercebeu que constituía uma fonte de chorudos lucros para a patroa, resolveu usufruir desses lucros sozinha e, com a conivência de um cliente, desapareceu e juntou-se a um grupo de raparigas negras que operava na Rua Araújo. Aí, os frequentadores dos cabarés disputavam-na, chegando alguns sul-africanos brancos a envolverem-se à pancada por sua causa. Ela, por sua vez, sugava-lhes o dinheiro, e deleitava-se a vê-los esmurrarem-se por causa de uma negra.

Quando passado algum tempo, começou a perder peso e o apetite, Aidinha ficou apenas receosa de emagrecer demais e desagradar à clientela. Nem a tossezinha seca, nem o estranho cansaço que sentia, conseguiram alarmá-la. Só quando passou a escarrar sangue se convenceu que estava realmente doente. E então, já nem teve forças para impedir

que as companheiras a levassem para o hospital. Ali ficou, internada na enfermaria indígena, onde outras negras definhavam também, consumidas pela tuberculose.

A mãe e Naftal acabaram por saber que Aidinha estava no hospital e foram vê-la. A rapariga recebeu-os com um sentimento estranho, misto de rancor, vergonha e gratidão. A mãe e Naftal, vendo-a desaparecer de magreza debaixo do lençol encardido, sem nada e sem ninguém, puderam sentir senão uma grande compaixão.

— Como estás, minha filha? — perguntou a mãe, como se Aidinha nunca tivesse saído de casa.

— Estou muito doente, mãe — respondeu a rapariga, com uma franqueza que lhe vinha do estado de extrema prostração em que se encontrava.

Naftal observava-a em silêncio. E os olhos ardentes da irmã, a transparência da pele contornando os ossos e a expressão exausta lembravam-lhe o pai.

«Ela tem a mesma doença do pai. Ela vai morrer como o pai» pensava ele assustado.

Na verdade, assim era. De toda a família, fora justamente a Aidinha, sua filha predilecta, a quem o pai transmitira a tuberculose contraída nas minas do John. E, quando ela saiu de casa já levava o germen da doença que a vida desregrada ajudara a desenvolver rapidamente.

— Queres ir para casa, minha filha? — perguntou a mãe timidamente, ao despedir-se.

— Quero sim, mãe — respondeu Aidinha, desta vez.

— Vamos arranjar um bom curandeiro e hás-de ficar boa — garantiu a mãe, tentando acreditar nas suas próprias palavras.

— Sim, mãe — concordou a rapariga, com o optimismo dos desesperados.

Não tiveram qualquer dificuldade em levar Aidinha do hospital. Foi até com certo alívio que os médicos lhe deram alta alguns dias depois. Negras tuberculosas era o que eles tinham demais. E além disso, sabiam que, mau grado todos os tratamentos, o fim da rapariga era apenas uma questão de tempo. E assim Aidinha regressou à palhota,

onde se encontra há cerca de um mês. Passa os dias deitada, impregnando o quarto do forte cheiro a bolacha característico dos tuberculosos e morrendo um pouco em cada dia.

Naftal aceita a doença e a morte próxima da irmã como aceitou a morte do pai nas minas do John, a miséria quotidiana, o medo e as humilhações. Para ele, tudo faz parte do destino dos negros. Por isso, como sempre, hoje também desperta sem vontade, pois nada espera do dia que começa. Depois de colocar a esteira no lugar do costume, fica ainda um tempo de pé, espreguiçando-se para espantar o sono. Os irmãos dormem ainda o sono calmo e profundo que antecede o despertar. E ao vê-los assim tranquilos, Naftal sente uma ponta de inveja por não poder dormir também.

«Mas hão-de crescer, e ter de acordar de madrugada como eu, e trabalhar como eu sem domingo nem feriado, e não ter nada como eu» pensa ele.

E a ponta de inveja dá lugar a um forte sentimento de pena. Neste momento, desejaria que os irmãos não crescessem mais.

Além do compartimento onde Naftal se encontra, a palhota tem apenas outro quarto, separado deste por uma frágil parede. É aí onde a mãe e a Aidinha dormem. A mãe já acordou, pois tem que deixar a comida feita antes de ir trabalhar. Aidinha está deitada como sempre. Naftal ouve-a tossir e leva ainda a sensação de que a irmã se vai desfazendo aos poucos quando, momentos depois, sai para o trabalho.

Apesar da hora matinal, o bairro já apresenta um aspecto desolador. O sol é ainda fraco mas já fustiga as palhotas indefesas, prometendo um dia de calor sufocante. Moscas invadem as ruelas de areia solta, zumbindo à volta dos montes de lixo espalhados por toda a parte. Crianças ensonadas e seminuas brincam tristemente junto às portas das palhotas, exibindo os ventres enormes e os rostinhos inchados de anemia. Homens e rapazes de ar sombrio dirigem-se para o trabalho, descalços e rotos. Raparigas cobertas de andrajos carregam latas pingando água que, ao chafariz distante, foram buscar. Um cheiro a miséria envolve todo o bairro.

Naftal caminha apressado pois teme chegar atrasado ao serviço. Mas, como sempre, tem uma vaga consciência de que a cidade se transforma gradualmente à medida que os bairros dos negros vão ficando para trás. Na verdade assim é. Ao aglomerado de palhotas de caniço, seguem-se os casinhotos de madeira e zinco dos mulatos e indianos,

de mistura com modestas casas de alvenaria. Depois as casas de madeira e zinco vão rareando. Finalmente, nos bairros onde só residem colonos, erguem-se apenas prédios e vivendas de alvenaria, ladeando ruas e avenidas verdejantes. E o suave aroma dos jardins e das acácias em flor vai substituindo o cheiro da miséria.

Os patrões ainda dormem quando Naftal chega à vivenda onde trabalha. A casa, assim silenciosa, com os fartos cortinados corridos, mergulhada na frescura do jardim, transmite uma sensação de tranquilidade e conforto. Mas Naftal sente apenas medo. É como se, sobre a aparente tranquilidade do ambiente, pairasse uma nuvem ameaçadora, que a todo o momento pode rebentar sob forma de ameaças, insultos e pancada. Depois de vestir à pressa a roupa de trabalho, vai buscar a mangueira e começa a regar o jardim. Aqui florescem rosas, jasmims do Cabo, lírios, dalias, crisântemos, hortênsias, agapantos, patas de caranguejo, lágrimas de Cristo, antúrios, gladiolos... Crescem também trepadeiras, como a chuva de ouro e a sempre-noiva, palmeiras anãs, fetos e outras plantas raras, incluindo um fóssil com a sua esplêndida pinha cor de fogo. O jardim é realmente encantador, mas Naftal rega-o todos os dias sem o ver. Para ele, representa apenas trabalho que tem de ser feito bem e depressa, visto que é preciso que tudo esteja regado antes de sol começar a aquecer.

Hoje é dia de ir ao mercado da Baixa e Naftal, logo que acaba de regar o jardim, vai pedir à patroa o dinheiro para as compras e põe-se a caminho. Na baixa, as montras resplandecem, convidando os transeuntes a comprar. São as lojas de modas, as mercearias finas, as casas de brindes, os *stands*, as casas de electrodomésticos, as pastelarias. Para Naftal todas aquelas tentações que não pode comprar são um regalo para os olhos e um tormento para a alma. E não lhe serve de consolo ver outros negros, esfarrapados e descalços, a observar timidamente as montras ou a rondar as pastelarias, cobiçando de longe os bolos, as suculentas sandes e os copos de leite que empregados pressurosos servem nos salões, onde nem sequer lhes é permitido sentar.

— Negro é mesmo irmão de cão! — conclui como sempre Naftal, com melancólico fatalismo, correndo para o mercado.

Depois de ter feito todas as compras, vai apanhar o machimbombo porque leva o cesto carregado com os frescos necessários para a semana. O machimbombo não está cheio mas, como os dois únicos bancos

reservados para negros vão ocupados, é obrigado a viajar de pé durante todo o percurso.

Ao chegar a casa, vai imediatamente prestar contas à patroa. E, contrariamente ao que é habitual, esta fica satisfeita com os produtos e os respectivos preços. Naftal, aliviado, prepara-se já para retirar quando ela lhe pergunta num tom falsamente casual:

— Ouve lá, Naftal, não viste o meu relógio de ouro?

É quanto basta para o rapaz ficar em pânico. Ele sabe, por experiência própria, o que significam tais perguntas: «ouve lá, viste isto? ouve lá viste aquilo?». Apavorado, apressa-se a responder que não viu o relógio, o que aliás é verdade.

— Está bem. Mas é melhor ires procurar. O relógio não tem pernas — diz-lhe a patroa, afastando-se no seu robe de seda e deixando atrás de si um rasto perfumado.

Pouco depois, Naftal fica a saber que o cozinheiro fora também interrogado.

— Se roubaste o relógio é melhor devolvê-lo! Não estou para ir apanhar pancada na polícia por tua causa. É melhor devolver, estou-te a avisar! — ameaça o cozinheiro, falando em ronga.

— Eu não roubei! Eu bem gostava de ter um relógio, mas esse relógio eu nem o vi — garante Naftal.

— Se roubaste é melhor devolver — insiste o cozinheiro, deixando perceber claramente que desconfia do companheiro.

Contudo, a tempestade só desaba realmente à tardinha, quando o patrão chega do trabalho.

— Cozinheiro! Naftal! Venham cá — berra ele da varanda onde se encontra sentado com a mulher, bebericando o seu gim tónico vespertino.

Quando Naftal e o cozinheiro se apresentam, diz-lhes simplesmente:

— Ouçam lá, ou o relógio de ouro da senhora aparece ou vamos à polícia. A senhora acaba de contar que o relógio desapareceu de manhã. Não me disse nada à hora do almoço para ver se vocês o devolviam. Vamos mesmo à polícia.

— Patrão eu não roubei relógio, patrão eu não vi relógio — defendem-se os dois ao mesmo tempo, no seu português atropelado.

— Ah, sim? Vamos embora. Vá, toca a andar — remata o patrão, acabando de beber o gim que tem no copo e levantando-se imediatamente.

Lá no Posto da Polícia, dirige-se ao agente branco que está de serviço e conta-lhe a história do relógio de ouro.

— O ladrão só pode ser um destes melros... Ou então os dois de sociedade. Para isso são eles muito espertos — ironiza ele.

— Deixe-os por nossa conta. Vamos espremê-los bem, esteja descansado — assegura o polícia, com a boca aberta num largo sorriso que deixa à mostra as gengivas sujas.

— Agradeço que lhes trate bem da saúde. Porque o relógio tem que aparecer. Custou-me uma pequena fortuna. Por favor, faça-o aparecer — recomenda o patrão, despedindo-se.

Pouco depois, ao chegar a casa, a mulher informa-o a rir:

— Afinal o relógio apareceu. Estava com a Mila. Ela chegou logo a seguir de tu teres saído com os criados para a polícia. Levou-o para o colégio, imagina. Quando ontem viemos do cinema esqueci-me dele na casa de banho e, de manhã ela viu-o lá e lembrou-se de o levar para o colégio, para fazer inveja às colegas. Quando acordei o relógio já lá não estava. Não ganhei para o susto. É vaidosa como o pai esta tua filha... Que ideia, levar o relógio de ouro para o colégio.

— Ela que não torne a fazer partidinhas dessas. E agora aqueles gajos já devem estar a apanhar porrada.

— Podias lá ir dizer que encontrámos o relógio — sugere a mulher.

— Ó filha, deixa-me descansar. Além disso é um mau princípio. A queixa já lá está, não podemos voltar atrás. Deixa-os lá apanhar. E pelas vezes que roubam e não são descobertos. Vamos é jantar que já são horas — responde o marido, pondo fim à conversa.

Entretanto, no posto da polícia, o sipaio, encarregado de «espremer» os dois acusados cumpre bem a sua missão. O primeiro a ser espancado é o cozinheiro. Naftal sente vergonha por ele, por ser já velho e estar para ali a apanhar, a torcer-se e a gritar, sempre que a palmatória lhe fere as mãos. Depois é a sua vez, e ele põe-se igualmente a torcer-se e a gritar porque o sipaio percebe do seu ofício. Por fim, como ambos negam ter roubado o relógio, apesar de terem as mãos a esgulchar sangue, o sipaio resolve informar o polícia branco.

— Este dois malandro não quer confessar, senhor chefe. Pode prender?

— Não. O patrão não disse nada e pode precisar deles amanhã. Se amanhã ele quiser que se prenda, há-de dizer — replica o polícia branco, olhando para as mãos desfeitas dos acusados.

— Grandes macacos! — grita-lhes colérico — têm mesmo focinho de ladrões. Vá, rua daqui. E livrem-se de não ir trabalhar amanhã. E se o relógio não aparecer, amanhã levam mais. É só o patrão dizer.

Naftal apressa-se a abandonar o posto da polícia e percorre sem dar por isso a longa distância que o separa do seu bairro. Caminha como um sonâmbulo, sem consciência de si próprio nem da realidade que o cerca. É já noite quando alcança o bairro, iluminado apenas pela longínqua luz das estrelas. Nas palhotas começam a acender os candeeirinhos de petróleo e a fechar as janelas por causa dos mosquitos. Estes desforram-se atirando-se aos transeuntes, mas Naftal nem os sente, embora eles o persigam, zumbindo e mordendo, até à sua palhota.

Encontra a mãe e os irmãos no seu quarto, sentados na esteira, a comer os restos do almoço. Ao enxergar as mãos ensanguentadas de Naftal, o irmão mais novo rompe a chorar. Os outros dois ficam a observá-lo em silêncio, com repugnância e a compaixão estampadas nos rostinhos assustados.

— O que fizeste tu, meu filho? — pergunta a mãe, velha conhecedora do que significam mãos ensanguentadas num negro.

— Desapareceu um relógio da patroa — responde Naftal, tentando dominar a raiva que o sufoca.

— Não roubei, mãe — acrescenta ele pouco depois.

A mãe fixa-o bem nos olhos. E embora nada responda, fica com a certeza de que, seja quem for que tenha roubado o tal relógio, não foi o seu filho.

— Queres comer? — pergunta ela, para dizer alguma coisa.

— Não mãe, estou cansado — responde-lhe o filho, fazendo um grande esforço para aparentar uma calma que não sente.

Ao ouvi-lo, um dos irmãozitos corre a estender-lhe a esteira. Naftal deita-se logo, de costas, com as palmas das mãos voltadas para cima, sentindo a dor que nasce na ponta dos dedos irradiando por todo o corpo, como um arrepio de febre.

Em silêncio, os irmãos vêm deitar-se a seu lado e a mãe retira-se levando os restos de comida.

Mais tarde, antes de se ir deitar, a mãe vem perguntar de novo se ele quer alguma coisa. Mas Naftal não quer nada, não deseja nada, não tem vontade de nada. Deixa-se ficar deitado, na mais completa imobilidade. Apenas um leve tremor nos lábios reflecte o esforço para dominar a dor. Só consegue adormecer lá pela madrugada. Mergulha então num sono inquieto, mas tão profundo que parece arrastá-lo para a morte. Contudo, quando o sol começa a penetrar pelas frestas das paredes de caniço, Naftal acorda, embora, como sempre, desperte sem vontade.

Estendidos na esteira, os irmãos ainda dormem, respirando suavemente de boca aberta. No quarto ao lado Aidinha tosse. De uma palhota próxima chega o choro precocemente tímido de uma criança.

Naftal consegue levantar-se, apesar da dor que está agora localizada apenas nas mãos, embora seja também mais aguda. Com gestos cautelosos e inseguros, dobra o velho trapo que lhe serve de lençol e enrola a esteira onde dormiu. Vai colocar tudo no canto do costume e prepara-se para enfrentar a angústia de um novo dia.

O BAILE DE CELINA

Lourenço Marques, Dezembro de 1950

— É lindo! — suspira Leonor, contemplando o vestido.

D. Violante não responde, mas o rosto resplandece-lhe de orgulho, ao pendurar a obra-prima que lhe sai das mãos. Acaba de dar os últimos pontos no vestido de organza branca que sua filha Celina levará ao baile dos finalistas do Liceu Salazar. Uma barra de nervuras impecáveis, correndo entre dois folhos, contorna o decote e as costas. Idêntica barra, apenas mais larga, remata graciosamente a saia comprida. É, efectivamente, um lindo vestido, na sua aparente simplicidade.

— Quanto não vale ter uma mãe modista! Tenho a certeza que o vestido da Celina há-de ser um dos mais bonitos! — comenta D. Celeste.

As três senhoras conversam na sala de jantar de D. Violante, que é simultaneamente sala de costura. Leonor é uma vistosa mulata dos seus trinta anos, casada com um pacato operário dos Caminhos de Ferro. Durante toda a sua vida matrimonial, enganou o marido e, há cerca de dois meses, acabou por abandoná-lo para ser a última amante do velho Sales Moreira, um branco rico, casado, e com filhos já formados. D. Violante conhece Leonor desde solteira e, para dizer a verdade, nunca apreciou a sua maneira de viver. Considera-a uma grande libertina e, se não fosse sua cliente, nunca a receberia em casa. D. Celeste, também mulata, é uma velha amiga de D. Violante. Sofre de uma estranha doença que os médicos atribuem à menopausa. E como em Tapala, onde reside o marido, não existem praticamente recursos médicos, veio a Lourenço Marques tratar-se. D. Violante, a dona da casa, nasceu na Ilha de Moçambique, e a sua história está curiosamente ligada à do velho milionário Catarino da Silva, dono de uma das maiores fortunas da colónia.

Quando este senhor, natural da Urgeiriça, em Portugal, desembarcou na Ilha de Moçambique, trazia consigo apenas «a cara e a coragem». Mas trazia também, bem arreigada dentro de si, a firme convicção de que África existe para enriquecer os brancos e, de um modo especial, a ele, Catarino da Silva. Assim, munido de tão poderosa arma espiritual, meteu mãos à obra. Começou por ir viver com uma rapariga negra, a prendada Alima, a qual assava amendoim primorosamente e que, descobriu ele mais tarde, com o mesmo amendoim confeccionava torrões deliciosos. Catarino da Silva passou então a vender amendoim torrado e torrões, cabendo-lhe também a tarefa de administrar o dinheiro das vendas. E tão bem administrou que, em pouco tempo, pôde associar-se a outro colono, Benjamim Castelo, dono do único talho existente na Ilha. É bem possível que a alcunha de Silva Porco, pela qual ficou a ser conhecido até hoje na Ponta da Ilha, se relacione com o referido talho. Mas também é provável que tenha algo a ver com o seu aspecto pouco asseado, antes de se ter tornado um homem rico.

A sociedade Catarino da Silva-Benjamim Castelo prosperou a olhos vistos, à custa de falcatruas e da exploração desenfreada da mão-de-obra negra, arrebanhada à força pelas autoridades coloniais. De tal maneira prosperou que, volvidos poucos anos, os dois sócios eram donos de enormes plantações de sisal e algodão, machambas e cantinas espalhadas por quase todo o norte da colónia.

Por essa altura, Catarino da Silva entendeu que já era tempo de se desembaraçar da companheira negra e fazer um casamento vantajoso. Lançou então os olhos cobiçosos para a jovem Maria Claudina Bordalo Monteiro, célebre em toda a Ilha pela sua beleza, e por possuir o 5.º ano dos Liceus, façanha notável para uma rapariga naquela época. Era filha do advogado Bordalo Monteiro, digno representante da nobreza arruinada de Portugal, o qual viera parar à Ilha de Moçambique, com os filhos já crescidos e a mulher, por imposição desta. Não que ela tivesse algum empenho em viver na Ilha, que aliás nem conhecia. O que pretendia era sair de Portugal, se possível para bem longe, a fim de subtrair o marido à nefasta influência dos parentes pobres, bêbados e batoteiros inveterados, incapazes de ganhar a sua vida. E nessa altura, determinadas circunstâncias facilitaram a ida de toda a família para a Ilha. Não há dúvida de que a mudança lhe trouxe vantagens. Com efeito, os constantes litígios entre os comerciantes da

Ilha, principalmente os indianos, eram um inesgotável maná para o Dr. Bordalo Monteiro que ganhava o que queria, defendendo causas justas e injustas. É certo que derretia a maior parte do dinheiro que ganhava em noitadas de jogo. Mas sempre lhe sobrava o suficiente para manter a família com um certo nível, o que nunca acontecera em Portugal.

Maria Claudina tinha dezoito anos quando Catarino da Silva a pediu em casamento. E para surpresa de todos, e um pouco dele próprio, foi aceite. A rapariga seguiu certamente os conselhos da mãe que, depois do que sofrera com a família pobre do marido, considerava uma verdadeira bênção o casamento da filha com um homem simultaneamente plebeu e riquíssimo. A boda realizou-se com grande pompa. E, igualmente para surpresa de todos, o casal entendia-se perfeitamente. Desde o início que Maria Claudina sabia que o marido vira nela sobretudo um trampolim para se instalar na sociedade. Por sua vez, Catarino da Silva não tinha ilusões quanto aos motivos que levaram a rapariga a aceitá-lo, com a sua figura caricata, os modos saloios e a instrução rudimentar. Sabia que ele significava apenas a perspectiva de um futuro isento de sobressaltos económicos e sentimentais, objectivo supremo na vida da filha de um homem cheio de vícios. Tal ausência de romantismo num casamento só poderia conduzir a uma rotura definitiva ou, como aconteceu neste caso, à mais perfeita harmonia.

Assim, Catarino da Silva sentia-se realizado, como só podem sentir-se os que vêem concretizadas as suas mais profundas aspirações.

Conforme esperara, África tornara-o um homem rico e, por causa da sua fortuna, era também um homem respeitado. E a atmosfera de felicidade em que vivia era quase palpável, não passando despercebida a Benjamim Castelo, seu sócio.

— O Castelo, — desafiava por vezes Catarino da Silva, com mal disfarçado orgulho — devias também casar com uma rapariga como a Maria Claudina. Um homem precisa de ter família. Larga lá a tua negrinha, que isso só dá para os primeiros tempos.

— Mas tenho a miúda, a Violante. É ainda muito pequena e custamo separá-la da mãe — replicava o sócio.

— Ora, não a separe. Deixa-a com a mãe, que filhos não hão-de faltar... e legítimos — afirmava o outro.

A princípio, a ideia de abandonar a companheira e a filha repugnava Benjamim Castelo. Sem nunca ter tomado consciência do

facto, afeiçãoara-se a Muaziza, às suas maneiras doces, à sua rara perspicácia e até ao cheiro fresco do seu corpo. Afeiçãoara-se também à filha, palmo e meio de ternura e graça, a quem ele dera o nome de Violante, em memória de sua mãe. Mas, sendo um sentimental, Benjamim Castelo era também muito influenciável. E, a pouco e pouco, começou a desejar junto dele a presença de uma mulher branca, que pudesse receber os amigos com a mesma desenvoltura com que Maria Claudina presidia às reuniões em casa do sócio. Enfim, alguém que ele considerasse sua verdadeira esposa e lhe desse filhos legítimos e que pudessem conviver com outras crianças brancas.

Sem dar por isso, os seus modos brandos passaram a conter uma crescente impaciência que Muaziza suportava em magoado silêncio. Por fim, aparecia em casa apenas à hora das refeições, comia apressadamente, de cenho franzido, falando somente para reclamar se algo lhe desagradava. E à noite, atirava-se para a cama e dormia até ao amanhecer, um sono pesado e embrutecedor, como o dos bêbados. Até as brincadeiras da pequena Violante deixaram de o alegrar. E a criança foi-se tornando esquiva e tímida, o que o irritava ainda mais.

Um dia, ao chegar a casa para almoçar, não encontrou Muaziza nem a filha. Sobre a mesa posta estava o seu almoço ainda quente, em travessas bem tapadas.

— Foram-se embora — pensou ele imediatamente, olhando para as travessas que, assim tapadas, lhe pareciam um claro sinal de adeus.

Procurou-as por toda a casa, mas apenas um silêncio envolvente lhe respondia, fazendo realçar o ruído dos seus passos. Verificou então que Muaziza levara a sua única arca com a roupa que lhe pertencia e a da filha. Não deixara nenhum recado nem endereço às vizinhas. Benjamim Castelo soube mais tarde que a rapariga tinha ido para casa da mãe, no Mossuril. Aí vivia com Violante, sustentando-se do que a pequena machamba da velha produzia e que aliás mal dava para comer.

Quando Catarino da Silva tomou conhecimento da fuga de Muaziza, felicitou o sócio com grandes demonstrações de júbilo.

— Ó homem, foi a sorte grande que te saiu — bradava ele, rodopiando com o seu passinho saltitante — estava a ver que nunca mais te safavas da negra. Fugiu e fez ela muito bem. Espertalhona como é, deve ter percebido que já era altura de cavar. Teve mais juízo que

tu com os teus tolos escrúpulos em mandá-la embora. E quanto à mulatita, deixa-a estar com a mãe. Acho asneira procurá-la.

— Mas é minha filha — interrompeu o sócio, timidamente.

— É tua filha, é tua filha. Isso sei eu, que é tua filha — continuou o outro — E é mesmo para o bem dela que acho melhor deixá-la com a mãe. Supõe que te casas. Qual é a mulher que está para aturar uma enteada mulata? E se tiveres filhos? Qual será a situação da mulatinha perante os irmãos brancos?

— Lá isso é verdade, era uma chatice — concordou Benjamim Castelo, um tanto perplexo.

— Que era uma chatice sei eu. Não, homem, não te atormentes com remorsos escusados. Esquece a miúda de uma vez, que é melhor para ti e para ela. Se a fores buscar, garanto-te que só lhe arranja complicações para o futuro — concluiu Catarino da Silva, dando palmadinhas amistosas nas costas do sócio.

Esta conversa acalmou os escrúpulos de Benjamim Castelo que passou a encarar a fuga de Muaziza como uma libertação. E de consciência leve, com o auxílio precioso do sócio, pôs-se à procura de noiva entre as raparigas brancas da Ilha.

A escolha recaiu na jovem Maria Adelaide, única filha do patrão-mor da Capitania do Porto. Não era um partido tão brilhante como a mulher de Catarino da Silva. Mas era uma rapariga de trato afável e aspecto fresco e sadio. Além disso, agradou-se do pretendente, não só por causa da sua fortuna mas também pelos modos calmos e gentis, o tom moreno da tez, e sobretudo por um certo ar de desamparo que muito atraía o seu sentido maternal. Casaram, e nem Benjamim Castelo nem os amigos informaram a rapariga da existência da pequena Violante. Ele por receio de a chocar, e os outros por acharem que não valia a pena.

Os dois primeiros anos de casados foram uma sucessão de dias felizes. De tal maneira que nem deram pela doença que sub-repticiamente ia devorando o corpo robusto de Benjamim Castelo. Quando a descobriam, embarcaram à pressa para Portugal, à procura de melhores recursos médicos, mas já nada havia a fazer. Foi então que, no leito de morte e movido por tardios remorsos, Benjamim Castelo revelou à mulher a existência da pequena Violante. E, contrariamente ao que ele esperava, tal revelação constituiu uma fonte de esperança

e um estímulo para a rapariga continuar a viver. Na verdade, não tendo filhos, aquela criança surgia-lhe como um prolongamento do marido, algo dele que lhe ficava para proteger e amar.

Depois da morte do marido, Maria Adelaide escreveu uma longa carta a Catarino da Silva. Principiava por informá-lo que não desejava voltar para Moçambique. Pedia-lhe também que tratasse das partilhas de modo a poder receber o que lhe cabia como viúva de Benjamim Castelo. Finalmente rogava-lhe que entrasse em contacto com a mãe de Violante e a informasse que, por vontade expressa do marido antes de morrer, ficava incumbida de efectuar todas as diligências que permitissem à criança vir a usufruir de todos os seus direitos de filha. Gostaria também de se ocupar da instrução da garota, caso a mãe concordasse, continuando esta a ser a única detentora do poder maternal.

Catarino da Silva apressou-se a responder à carta de Maria Adelaide. Informou-a então que estava plenamente de acordo que ela ficasse em Portugal. Prometeu-lhe tratar rapidamente das partilhas e, efectivamente, assim fez. Só que, subornando os funcionários da Justiça, conseguiu espoliar a viúva em tudo quanto pôde, e do modo mais grosseiro. Quanto à pequena Violante, foi peremptório ao responder que tal filha não existia, atribuindo as declarações do sócio a alucinações próprias de um moribundo.

Indignada, Maria Adelaide nunca mais escreveu e resolveu tratar do assunto da criança através dos trâmites judiciais. Assim, Muaziza foi chamada a depor em tribunal, pois dependia dela a confirmação de que Violante era filha do falecido Benjamim Castelo. E, para espanto do próprio juiz que conhecia o caso, ela declarou que a garota era filha de um marinheiro branco que tinha passado pela Ilha e nunca mais voltara. Deste modo, Violante perdeu todos os direitos à herança deixada por Benjamim Castelo.

Maria Adelaide nunca soube as razões que levaram Muaziza a prestar declarações falsas. Mas ela, Muaziza, levou até à morte a lembrança angustiante dessa hora decisiva no destino de Violante. Foi no escritório de Catarino da Silva onde ela, de pé, ouvia o que este, sentado à secretária, lhe dizia no seu «português para preto».

— Mandei chamar você para dizer que Castelo morreu — começou ele — mulher dele quer arrancar sua filha de você. Quer ir no tri-

ibunal e tudo. Se você quer ficar com criança tem que falar no tribunal que ela não é filha do Castelo. Se você diz que é filha de Castelo, nunca mais você há-de ver a ela. Eu está a avisar você porque tenho pena, uma criança assim pequena ficar sem mãe, ir para longe sem ninguém! É por isso que eu está a avisar você. Se perguntar no tribunal...

E continuou dando recomendações em tom melífluo, procurando não imprimir às palavras um cunho de cumplicidade um tanto obsceno.

A Muaziza não deixou de causar espanto tão repentina preocupação, por parte de quem nunca quis saber dela nem da criança. Mas não teve mais ninguém que soubesse explicar-lhe as intrincadas e temíveis leis dos brancos. E o pânico de perder a filha para sempre levou-a a seguir os conselhos que Catarino da Silva lhe dera. Só mais tarde se apercebeu das suas verdadeiras intenções.

Violante contava nessa altura oito anos. Mas já experimentava, à sua medida, a insegurança, os medos, as violentas contradições inerentes à sua condição de mulata colonizada. E o sofrimento que tal condição lhe causava foi-se tornando quase insuportável com o decorrer dos anos. Por isso, quando nasceu Celina, sua única filha, jurou a si mesma defendê-la, a todo o custo, das humilhações que lhe estariam reservadas pelo único facto de ser mulata. E procurou cumprir tal juramento, adoptando uma estratégia que lhe pareceu mais adequada aos seus intentos. Na realidade, tal estratégia resumia-se em proporcionar à filha o máximo de instrução pois, a seu ver, este era o único meio de lhe garantir um mínimo de aceitação por parte dos senhores da terra, ou seja, os colonos. Onde lhe vinha tamanha convicção, nem ela própria sabia. Talvez do facto de não conhecer um só mulato com nível de instrução superior ao primário.

Ciente de que a instrução de um filho é um empreendimento dispendioso, D. Violante lançou mão da sua habilidade inata para a costura, passando noites e noites a coser para fora, a fim de juntar algum dinheiro ao magro salário do marido. Quando Celina completou sete anos matriculou-a na Escola Luís de Camões, a única existente na Ilha. A partir de então, como a má pronúncia do português era motivo suficiente para reprovar nos exames, a criança ficou expressamente proibida pela mãe de falar macua, língua que ela dominava com fluência e gosto. Cumpria também um rigoroso horário de estudo. As-

sim, não sendo uma criança especialmente dotada, graças à férrea disciplina que lhe era imposta, concluiu com algum sucesso a instrução primária.

Animada pelos bons resultados alcançados pela filha, e como o único liceu existente na colónia se encontrava em Lourenço Marques, D. Violante persuadiu o marido a pedir a transferência, a fim de Celina poder continuar os estudos. Não foi fácil ao pobre homem, obscuro operário de 3.^a classe, obter a ansiada transferência. Aliás, só o conseguiu depois de dois anos de sucessivos, lamentosos e humildes requerimentos e pedidos. A família mudou-se então para Lourenço Marques, e Celina pôde finalmente matricular-se no Liceu Salazar.

Vocacionado para servir os interesses dos colonos, o Liceu reflecte bem a segregação racial existente em Moçambique. No 7.^o ano Celina e um jovem indiano são os únicos alunos de cor, e em todo o Liceu não existe um só aluno negro. Durante os primeiros anos, em tal ambiente, Celina só desejava passar despercebida. Mas, mesmo assim, era-lhe frequente ler na expressão da maioria dos colegas e professores estas interrogações:

— Mas o que faz aqui esta mulata? Não sabe que não é este o seu lugar?

O hábito de estudar disciplinadamente jogou, entretanto, a seu favor. Com efeito, apesar de ser normalmente classificada injustamente, devido à cor da pele, Celina foi sempre uma boa aluna. E este facto granjeou-lhe, a pouco e pouco, um mínimo de aceitação por parte dos colegas. Assim, estimulada por tão imprevista dádiva, hoje é capaz de rir, conversar e exhibir até um falso à vontade perante os outros alunos do Liceu. Contudo, não ignora que a aceitação que estes lhe demonstram tem um limite. E não pode ultrapassá-lo sem que um gesto, uma palavra ou um súbito silêncio lhe venham lembrar a cor da pele.

Entretanto. D. Violante vai-se consumindo alegremente, colada dia e noite à máquina de costura para que não falte o dinheiro para as propinas, os livros e a roupa da filha. E, quando esta por vezes se lamenta do desprezo ou de indiferença dos colegas, ela responde num tom de inabalável confiança:

— Estuda filha! Só a instrução pode apagar a nossa cor. Quanto mais estudares, mais depressa serás gente!

E agora, ao contemplar mais uma vez o vestido que Celina levará ao «baile dos finalistas», ela vê em parte confirmadas as suas palavras.

Com efeito, o «baile dos finalistas» do Liceu Salazar é considerado, todos os anos, o maior acontecimento social de Lourenço Marques. Para além dos professores, alunos e seus familiares, a ele só tem acesso a mais alta burguesia colonial, e conta com a presença do próprio Governador-Geral. Apesar disso, — pensa D. Violante — ela, o marido e a filha, uns simples mulatos, lá estarão, graças ao facto de Celina ter chegado ao 7.^o ano.

Como que fazendo eco dos seus pensamentos, D. Celeste comenta:

— O que faz a instrução! Quando é que a Violante sonhou algum dia ir ao baile do Liceu Salazar! Mas como a filha conseguiu...

— Também vai? — interrompe Leonor, os olhos brilhantes de excitação — Mostre-nos o vestido que leva, deixe lá ver!

D. Violante vai ao quarto buscar o vestido, de crepe negro, muito simples, cuja única nota de cor é dada pela longa écharpe lilás que o acompanha.

— Não vai ficar atrás das brancas! — diz Leonor, mirando-o aprovativamente.

— Valeu a pena tanto sacrifício — afirma convicta D. Celeste.

E, nesta sua afirmação, inclui o trabalho esgotante, as noites sem dormir e as privações que a amiga se impôs a si mesma para Celina poder estudar.

— Os sacrifícios ainda não acabaram — replica com orgulho D. Violante — Se a Celina passar, vai tirar um curso superior. Já que chegou até aqui...

— Como é que vai tirar um curso superior se em Moçambique não há Universidade? — pergunta D. Celeste.

— Vai para a metrópole. Já que chegou até aqui, há-de ir até ao fim — conclui D. Violante, tornando a levar o vestido para o quarto.

As outras duas senhoras não encontram palavras para exprimir a sua admiração por tamanho espírito de sacrifício.

— É verdade que o governador também vai ao baile? — perguntou Leonor pouco depois, retomando a conversa do baile, tema de inesgotável interesse para ela.

— Ele vai todos os anos — assegura D. Violante, com o à vontade que lhe confere o facto de ser mãe de uma finalista.

A propósito, as três põem-se a comentar a vida particular do governador, homem indolente e venal, que se distingue apenas pela sua desenfreada paixão por cavalos e mulatas bonitas. Chega a mandar

buscar as amantes no carro do governo e a dar-lhes entrada no Palácio da Ponta Vermelha, embora, claro está, pela porta das traseiras.

— Tenho pena da mulher dele — critica D. Violante, franzindo os lábios — Ainda se ele a enganasse com outras brancas. Mas com mulheres de raça inferior, custa muito.

D. Celeste e Leonor concordam plenamente, pois também elas estão convictas da inferioridade da sua própria raça, embora esta última se vanglorie de ter seduzido os maridos de muitas brancas. E os comentários só terminam quando, já perto da hora do almoço, ambas se despedem de D. Violante, com grandes votos de sucessos no baile.

— Como Celina deve estar feliz — diz ainda Leonor, ao sair.

Entretanto Celina encontra-se no salão nobre do Liceu e não está tão feliz assim. É uma jovem vistosa, na pujança dos seus vinte anos. Possui a graça inconsciente e as formas bem marcadas das mulatas. Contudo, não é bonita, devido à expressão estranha dos olhos, simultaneamente desconfiados, duros e suplicantes. Olhos que reflectem o desassossego da alma e, por isso mesmo, desagradáveis de contemplar.

Gritos e gargalhadas dos alunos do 7.º ano encham o amplo recinto onde o seu baile irá realizar-se e Celina procura integrar-se no ambiente de animação próprio da véspera de uma grande festa. Porém, como sempre que se encontra no meio dos colegas, aflige-a uma pungente sensação de estar a mais e a alegria que exterioriza tem, no fundo, um sabor amargo. Concentrada na sua tarefa de confeccionar flores para enfeitar o salão, e ciente do papel absolutamente secundário que desempenha neste ambiente, é com grande espanto que ouve o seu nome gritado em altos berros.

— A aluna Celina de Sousa e o aluno Jorge Vieira são chamados à reitoria! — berra o chefe dos contínuos que acaba de entrar no salão.

Um silêncio repentino acolhe as palavras do funcionário que, irritado por ninguém lhe responder, as repete em tom mais solene e ofendido. Só então Celina põe de parte as flores que está a confeccionar e, tremendo intimamente, dirige-se ao contínuo. Entretanto o espanto cede lugar ao pânico, pois o reitor só se digna convocar os alunos em casos muito graves. E o facto de Jorge Vieira, único aluno de cor além dela, ser também chamado, não pressagia nada de bom. Mortos de susto e um pouco envergonhados, seguem ambos o contínuo, deixando atrás de si um burburinho de curiosidade.

— Estão aqui os alunos que o senhor reitor mandou chamar! — anuncia respeitosa e o contínuo, ao introduzi-los pouco depois no gabinete do reitor.

Este está sentado à secretária e responde com um breve aceno de cabeça. É um homem seco e esgalgado, com ar de quem está permanentemente aborrecido com as coisas e as pessoas que o rodeiam. Parece tão distante e tão absorto no que está a escrever que, por momentos, Celina duvida que ele os tenha realmente convocado.

Prezamos de conversar — diz o reitor por fim, colocando a caneta em cima do mata-borrão.

Celina e o colega aguardam de pé, junto à secretária, não ousando olhar um para o outro.

— Quero avisar-vos que não podem ir ao baile dos finalistas — prosegue calmamente o reitor, pousando nos jovens o seu olhar ausente de míope.

Celina não pode acreditar no que está a ouvir. As fontes latejam-lhe e uma náusea incontrolável amortece-lhe os sentidos. Difícilmente consegue permanecer de pé, a ouvir a voz do reitor que lhe soa tão suave, tão longínqua ...

— Sem dúvida que vocês compreendem — continua ele — Há certas coisas que é preciso dar tempo ao tempo. Vem o senhor governador-geral e pessoas que não estão habituadas a conviver com gente de cor. E vocês também não haviam de sentir-se à vontade no meio delas! Para evitar aborrecimentos de parte a parte, achamos melhor vocês não irem ao baile. Seria muito aborrecido que ...

Celina e o colega não se atrevem a replicar, esmagados por aquela voz pausada, distante, plena de autoridade. Anseiam unicamente que o reitor dê por terminado o seu monólogo e os deixe ir embora.

Podem sair — ordena ele por fim, recomeçando imediatamente a escrever.

Entretanto, em casa de Celina, D. Violante e o marido almoçam, comentando nervosamente o baile do dia seguinte, que eles encaram com um misto de orgulho e apreensão. A ausência da filha não os preocupa. Ela avisara que provavelmente chegaria mais tarde por causa dos preparativos do baile. Assim, estão longe de imaginar que, enquanto eles almoçam, a rapariga vagueia pelas ruas, procurando ganhar coragem para os encarar e repetir o que o reitor lhe dissera. Aliás, desde que este declarou, na sua voz suave e distante, que ela

não podia ir ao baile dos finalistas, Celina move-se numa semi-inconsciência de pesadelo. Depois de deixar o gabinete do reitor não voltou ao salão nobre. Saiu apressadamente do Liceu e pôs-se a andar sem destino pelas ruas. E quando, cansada e um pouco febril, regressou enfim a casa, já o pai tinha ido para o trabalho e a mãe está a descansar no seu quarto.

Quando, mais tarde, D. Violante vai de novo trabalhar para a sala de costura, dá logo pela falta do vestido de Celina que deixara pendurado. Sorrindo intimamente, dirige-se para o pequeno quarto onde dorme a filha, pois calcula que tenha sido ela quem levou o vestido, talvez para o apreciar melhor. Mas, o que observa, ao abrir a porta, deixa-a muda de espanto e indignação. Sentada na cama, Celina corta, à tesourada, o seu lindo vestido branco.

— Estás doida?! — grita-lhe a mãe, passado o primeiro momento de estupefacção.

Celina não responde, nem sequer levanta os olhos. Calmamente, determinadamente, continua a cortar o vestido em pequeninos pedaços que se espalham pelo chão como frágeis e vaporosas nuvens, desfeitas pelo vento.

NINGUÉM MATOU SUHURA

Ilha de Moçambique, Novembro de 1970

I

O Dia do Senhor Administrador

O senhor administrador acaba de abotoar o último botão do safari de amêndoa. A imagem que o espelho lhe devolve não lhe desagrade. A parte uma gordura incipiente na zona da cintura, o corpo conserva uma elegância maciça perfeitamente adequada aos seus quarenta e oito anos. O rosto também lhe parece aceitável; nem sequer repara nas bolsas flácidas em redor dos olhos e no duplo queixo que há anos se vem desenvolvendo e o fazem parecer-se vagamente com uma mãe. O senhor administrador repara apenas no cabelo, que ainda mantém a cor castanha, no bronzeado saudável da pele e nas sobrancelhas, de um arqueado perfeito, emoldurando os olhos escuros e vivos. Sentese em perfeita forma quanto ao seu aspecto físico. Além disso, tem plena consciência da auréola que o envolve, devido à elevada posição que ocupa na Ilha, onde é simultaneamente Administrador de Ilha e Presidente da Câmara.

Esta manhã o senhor administrador está particularmente bem disposto. Contrariamente ao que lhe acontece nos últimos tempos, dormiu bem, um sono profundo e reparador. E a ponta de tédio que também ultimamente o acompanha, hoje parece um pouco mais branda.

Enquanto se penteia observa a mulher pelo espelho. Consegue abrangê-la toda. E a simpatia com que há pouco se auto-analisara dá lugar a um sentimento ambivalente de ternura e repugnância. Mas não há dúvida que aquela mulher entrou na sua vida para ficar. Juntos

vieram de Portugal e subiram sem desânimo as escadas da fortuna. Quando ele era ainda um simples aspirante do quadro administrativo, a mulher acompanhara-o por esse mato fora. Juntos humilhavam os negros e incutiam-lhes o desprezo por si próprios. Juntos exploravam os camponeses pobres e bajulavam os donos das plantações, juntos tinham breves rebates de consciência que acalmavam prontamente com obras de caridade. Assim têm vivido em perfeita comunhão.

O senhor administrador é o que se chama um «tarimbeiro». Subiu lentamente até à posição que hoje ocupa e, durante a sua longa trajectória profissional, o auxílio da mulher foi inestimável. Por isso a observa com ternura. Está ligado a ela por uma espécie de cordão umbilical, tecido de tramas urdidas na intimidade do quarto, ambições comuns, sacrifícios, crueldades e amor físico também. Porém, não há dúvida que o amor físico se foi para sempre. E é com sacrifício que agora o senhor administrador «cumpre os seus deveres conjugais» como ele costuma dizer a si próprio.

Continua a observar a esposa através do espelho. D. Maria Inácia é na verdade uma mulher que o tempo maltratou impiedosamente. Está deitada na cama, recostada a um montão de almofadas e fala ao telefone com uma profusão de frases exclamativas. Aliás, a cama e o telefone constituem desde há muito o pano de fundo da sua vida. Desde que dera à luz o último filho, alegando uma fraqueza geral, em parte verdadeira, recusa-se a sair da cama. A não ser para tomar as refeições com a família na sala de jantar, ou quando é absolutamente necessário cumprir as suas obrigações de «primeira dama da Ilha». De resto, recebe as amigas, a modista e a cabeleireira no quarto, e sobretudo telefona no quarto. O médico já não lhe receita mais medicamentos. Disse-lhe que os melhores remédios para os seus males são o sol e o maravilhoso mar da Ilha e que ela deveria aproveitá-los diariamente. D. Maria Inácia ofendeu-se com tal medicação, chorou, garantiu que qualquer ponta de sol lhe faz estalar a cabeça e que o ar marítimo lhe provoca vômitos. Nem mesmo o senhor administrador conseguiu movê-la a sair do quarto onde ela passa os dias a telefonar às amigas, como acontece agora.

Acaba de acordar. O colo e os braços muito brancos e flácidos sobressaem desagradavelmente da camisa de dormir de seda verde. Igualmente flácidas e brancas espreitam as pernas de tornozelos incha-

dos e sulcadas de varizes. E a cor lívida do rosto absorve-lhe o contorno das feições que os olhos desbotados e cansados não conseguem animar.

O senhor administrador constata tudo isto através do espelho com a ternura e o desgosto de sempre. Já pronto, ajeita mais uma vez o safari que teima em subir-lhe na cintura e dirige-se à mulher com o sorriso benevolente que há muito adoptou para ela. Ao vê-lo aproximar-se, D. Maria Inácia interrompe a conversa ao telefone.

— Já vou minha querida! Mais um dia de trabalho e preocupações! — diz-lhe o marido.

Ela mira-o com os olhos brilhantes de admiração e oferece-lhe uma face para o beijo de despedida, continuando imediatamente a conversa interrompida.

Na sala de jantar onde o senhor administrador toma o pequeno-almoço, aguarda-o o velho Assane. Impecavelmente fardado de branco, afasta-lhe a cadeira para se sentar e serve-o em silêncio, com gestos sóbrios e precisos.

O pequeno-almoço é simples: torradas com um toque de excelente manteiga holandesa e um copo de sumo de toranja. A terminar, uma chávena de café simples. Devido à sua tendência para engordar, há muito que o senhor administrador renunciou ao «pequeno-almoço de garfo» que tanto aprecia. Mas esse pequeno sacrifício traz-lhe uma compensação psicológica não menos agradável.

Terminada a refeição, Assane, solícito, apressa-se a recuar a cadeira para o patrão se levantar.

— Até logo, Assane — despede-se o senhor administrador.

— Até logo, senhor administrador — responde o velho num tom de medroso respeito.

— Os tempos mudam! — pensa irritado o senhor administrador — Antes de esses malditos terroristas começarem a fazer das suas, era mesmo eu que me despedia de um negro. Mas agora temos que andar mansinhos com esta gente. Depois de tudo o que fizemos por eles. Corja de ingratos!

Desce a escadaria do palacete com passos sacudidos e rápidos, tentando assim aliviar um pouco a irritação que os seus pensamentos lhe provocam.

Na rua esperam-no o automóvel e o riquexó. O ritual é sempre o mesmo. Todas as manhãs o automóvel da administração e o respectivo

motorista devem esperar à porta do palacete onde mora o senhor administrador. Da mesma maneira deve esperar o riquexó e o respectivo puxador. A escolha de um ou outro meio de condução depende do humor e do programa do senhor administrador.

Nesta manhã luminosa e azul de um Novembro sem chuva, ele escolhe o riquexó. Agrada-lhe instalar-se sobre o tecido imaculadamente branco que forra os estofos e lhe dá uma envolvente sensação de frescura. O puxador, depois de verificar que o senhor administrador se encontra devidamente acomodado, ergue com perícia os varais do riquexó. E, dando um impulso ao corpo magro, põe o veículo a rodar, carregando com a força dos seus membros deformados um peso superior a oitenta quilos.

— Vai mais devagar! — ordena-lhe o senhor administrador.

O puxador abranda a marcha, seguindo lentamente pelas ruas e becos da cidade até à Câmara Municipal. E o senhor administrador aspira com delícia o ar impregnado de maresia. Passa pelas casas antigas e repletas de história, construídas com o sangue e o suor de tantos moçambicanos que jamais as puderam habitar. Mas isso não interessa ao senhor administrador. O que na realidade lhe importa, sempre que percorre o trajecto entre o seu palacete e a Câmara Municipal, é sentir o respeito, a deferência e até o terror que a sua presença infunde nas pessoas. E deixa-se conduzir como um rei, distribuindo sorrisos, cumprimentos ou breves acenos, conforme a categoria e a raça dos que o saúdam.

Chega à Câmara Municipal bem disposto, ainda mergulhado na revigorante onda de consideração demonstrada pela população da Ilha. À entrada da Câmara, o riquexó é travado de tal maneira que o senhor administrador não necessita de dar mais do que dois passos para subir a bela escadaria exterior que leva ao primeiro andar, onde se encontra o seu gabinete.

Mal o vê desaparecer, o puxador senta-se no passeio junto ao riquexó. Tira do bolso um trapo esfarrapado e enxuga o rosto alagado em suor. Bem gostaria de beber um pouco de água fresca no bar «Escondidinho» que fica mesmo em frente. Mas não pode ausentar-se, pois tem que aguardar a todo o momento qualquer ordem do senhor administrador.

Entretanto este já se encontra instalado no seu gabinete. É aqui que ele despacha todos os assuntos, mesmo os relacionados com a

Administração. Agrada-lhe o mobiliário antigo e requintado, os livros ricamente encadernados que enchem a estante, o pequeno varandim ... Tudo parece respirar a autoridade e o conforto que tanto aprecia.

«Será possível que um dia tudo isto nos deixe de pertencer?! Não é justo!» pensa ele, olhando com desespero à sua volta.

E a ponta de tédio volta de mansinho, contundente e fina como uma faca, quebrando-lhe a vontade, roubando-lhe as forças. O senhor administrador conhece-a bem. Há tempos que o acompanha e é um dos seus segredos. Porém, está longe de a relacionar com a sua verdadeira origem, o medo de que a guerra que se trava lá nas matas seja uma guerra perdida.

Dá uma vista de olhos pelo expediente que se encontra sobre a secretária. Notas para assinar, requerimentos para deferir convites, contas para autorizar, relatórios ... o mesmo de sempre. Não consegue decidir-se por nenhum dos papéis, pois de repente todos lhe parecem inúteis. E está ainda absorto a olhá-los com desânimo quando o contínuo vem perguntar se pode receber o sipaio Abdulrazaque.

Ao ouvir o nome do sipaio, o senhor administrador anima-se por um instante e ordena ao contínuo que o traga imediatamente à sua presença. O sipaio entra logo a seguir e aguarda com ostensivo respeito, junto à porta. É um negro gordo e untuoso, cujo sorriso não consegue apagar a expressão maldosa dos olhos.

— Vem cá! — diz-lhe o senhor administrador — Então, desta vez já está tudo arranjado ou há mais historietas?

O sipaio aproxima-se e declara triunfante:

— Tudo arranjado, senhor administrador. Hoje, na mesma hora do costume.

— Rapaz esperto, Razak!

— Mas custou muito, senhor administrador, a avó da rapariga não queria mesmo!

— Essa velha merecia umas boas palmatoadas. Onde se viu negar uma marrusse ao administrador? Esta gente anda com a grama muito levantada.

— Eu falei assim mesmo, senhor administrador, mas aquela velha ...

— Ouve lá — interrompe o senhor administrador — A D. Júlia Sá já está avisada?

— Está tudo pronto, senhor administrador. Chega lá e encontra a rapariga, tudo pronto — confirma o outro, com um sorriso velho.

— Toma lá cinquenta escudos e põe-te a mexer — diz o senhor administrador, entregando-lhe o dinheiro e pondo fim à conversa.

O sipaio agradece e sai do gabinete, repetindo uma frase que aprendeu e que muito lhe agrada.

— Sempre às ordens, senhor administrador. Sempre às ordens.

— Grande macaco! — pensa o senhor administrador, acenando-lhe um breve gesto de despedida.

Sorri intimamente à perspectiva de aventura desta tarde. Não é a primeira nem será a última. Sente-se ainda jovem e com direito a procurar fora do lar a satisfação de necessidades que considera legítimas. Além disso, está plenamente convencido que a fidelidade conjugal é um dever exclusivo das mulheres e, muito particularmente, da sua mulher. Por isso sorri, em paz consigo mesmo.

A macuazinha que o espera esta tarde, conheceu-a na Rua do Celeiro. Passeava ele de riquexó numa tarde quente e a rapariga caminhava à sua frente com duas companheiras, em direcção ao mercado de peixe. De repente, num movimento breve e ocasional, ela olhou para trás a rir. E a impressão que nesse instante o seu rosto causou ao senhor administrador jamais ele a soube definir. Aliás, qualquer pessoa, ao ver pela primeira vez o rosto de Suhura, não pode deixar de ficar impressionado com a intensa luminosidade que ele irradia. É difícil precisar se tal impressão provém dos olhos húmidos e inconscientemente irónicos, da pele aveludada ou da fieira de dentes cintilantes, ou ainda da perfeita harmonia de todo o conjunto. E ao vê-lo, o senhor administrador decidiu ali mesmo que havia de possuir a dona de tal rosto. Nem o corpo magro e quase infantil da rapariga, nem as andrajosas capulanas que a cobriam lhe arrefeceram o desejo imperioso. O puxador do riquexó ficou imediatamente incumbido de saber onde ela morava. E o sipaio Abdulrazaque encarregou-se depois de todos os preparativos para o encontro desta tarde.

O senhor administrador nada sabe sobre a rapariga, nem sequer o nome. É apenas mais uma bela negrinha que lhe passa pelas mãos, sem dúvida muito menos importante para ele que qualquer dos seus animais de estimação. Mas, mesmo assim, é-lhe extremamente agradável saber que à tarde a terá à sua disposição, no discreto quatinho da D. Júlia Sá.

Torna a remexer nos papéis que estão em cima da secretária. Mas as letras parecem dançar à sua frente e não consegue fixar a devida atenção. Acaba por decidir que as notas podem esperar, que os assuntos urgentes nunca são tão urgentes e que não vale a pena contrariar-se.

Manda chamar o chefe da secretaria e avisa-o que vai sair. Necessita de espalhecer, de certificar-se mais uma vez, através da deferência de que é alvo na rua, de que tudo continua na mesma, que a guerra é lá longe nas matas do norte e será ganha e que Moçambique ainda é Portugal.

— Para o Gulamo Nengy — ordena ele ao puxador, depois de se instalar confortavelmente no riquexó.

E os músculos retesados do homem, coordenados num jogo de perna e força, levantam o veículo, enquanto os pés descalços mal parecem tocar no chão que exala ondas de calor húmido.

A firma Gulamo Nengy é uma das mais ricas e antigas casas comerciais da Ilha de Moçambique. Pertence a uma família indiana, cuja maior preocupação, além de acumular dinheiro, consiste em poder um dia ser recebida nos salões da burguesia colonial.

Ao ver chegar o senhor administrador, o empregado mais qualificado apressa-se a anunciar que receberam mercadoria nova e pergunta se ele deseja ver. O senhor administrador deseja, sim! E, depois de tanto ver, manda embrulhar o que quer levar. Claro que não se dá ao incómodo de perguntar o preço. Sabe que é oferta da casa.

O riquexó terá ainda que percorrer várias ruas e parar em várias lojas. Finalmente, já cerca do meio dia, pára diante do palacete do senhor administrador.

Este apeia-se um tanto afogueado do calor, mas impecável no seu safari cor de amêndoa. Pelo contrário, o puxador está completamente ensoado em suor. Os olhos, queimados do sol implacável de Novembro, mal podem fixar e o ombro esquerdo lateja-lhe como uma chaga. Mas reúne ainda forças para ajudar a levar para o palacete as «ofertas da Casa». Só depois vai descansar, para voltar à tarde e carregar de novo os oitenta quilos do senhor administrador.

Entretanto este dirige-se ao quarto da esposa onde é hábito fazer a distribuição das «ofertas». Risos e exclamações de surpresa alegam o ambiente, pois todos apreciam os presentes que recebem. Todos menos Manuela, a filha mais velha, que o pai considera uma rapariga

estranha e difícil. Em geral recusa-se a receber a oferta que lhe é destinada, alegando mil pretextos. Ou então, aceita-a de lábios apertados e expressão carrancuda como agora.

Mas a restante família rejubila e espera sempre com ansiedade os dias em que o senhor administrador os presenteia com «ofertas da Casa» que nada lhe custam. Por isso, o almoço que é servido logo depois, decorre no meio da maior animação. E os risos estalam à mesa onde além do senhor administrador, de D. Maria Inácia e de Manuela, estão os outros filhos, dois rapazes e duas raparigas, e ainda D. Cândida e D. Branca.

Estas duas senhoras são viúvas de um gerente do banco e de um major de exército, respectivamente. Vivem das «pensões» e das heranças deixadas pelos defuntos maridos, e há muito que se instalaram em casa do senhor administrador, numa espécie de regime de semi-internato. A pretexto de fazerem companhia a D. Maria Inácia, comparecem diariamente a meio da manhã e deixam-se ficar para o almoço. Acomodam-se depois nos dois cadeirões da varanda e fazem a digestão, dormindo placidamente. Despertam por volta das três da tarde e entretêm-se a conversar até que D. Maria Inácia as manda chamar. Precipitam-se então para o quarto da dona da casa, onde não tardam a chegar outras senhoras da «élite» da terra.

É a hora das novidades avidamente trocadas e comentadas. E todas igualmente interessantes para preencher o vazio da sua vida de mulheres ociosas: mortes, doenças, adultérios, namoros, incestos, roubos, separações, festas, e ultimamente vagas alusões ao «terrorismo» que se alastra na colónia. Às cinco é servido o chá e elas empanturram-se de torradas loiras e quentes e bolinhos caseiros confeccionados pelo excelente cozinheiro do senhor administrador. Retiram-se só à noitinha e as duas viúvas são sempre as últimas a sair bem almoçadas, lanchadas e conversadas. Agora comentam à porfia o bom gosto do senhor administrador.

— Aquela toalha de linho da Índia é uma beleza! — afirma a viúva do major que se considera entendida em artigos orientais.

— Nem uma mulher seria tão feliz na escolha — concorda a do gerente do banco.

O senhor administrador sorri agradecido, abarcando a grande mesa com olhar comovido. E neste momento é quase feliz, apesar da presença azeda da filha mais velha. Observa-a sorratamente. De rosto

tristado, olhando obstinadamente o prato, comendo pouco e sem prazer, destoa tristemente do ambiente animado que reina à mesa.

Há muito que esta filha é um espinho atravessado no amor próprio do senhor administrador. Ele pensa, e com toda a razão, que a rapariga não o tem em grande conta. Já lhe surpreendeu até, por várias vezes, olhares carregados de ironia e mal disfarçado desprezo. Aliás, desde criança que Manuela foi sempre uma fonte de perplexidade para os pais. Estes jamais compreenderam o que chamam as suas «manias». Como por exemplo, chorar convulsivamente sempre que ouvia os negros a apanhar palmatoadas no Posto Administrativo, e levar ao colo crianças negras, e comer chima com a criadagem na cozinha, e a afeição desmedida pela velha negra Rabia, sua aia. E ainda quando, segundo as palavras da mãe, ela envergonhou toda a família.

Foi em Meconta. Manuela tinha nessa altura quinze anos e andava a estudar em Lourenço Marques, no Colégio D. António Barroso, considerado o melhor da colónia. Viera de férias e os pais exibiam-na com orgulho, pois concluíra o 5.º ano do Liceu com óptima classificação. Nesse dia para festejar condignamente o acontecimento, tinham convidado toda a elite da terra para um almoço. Ao café, no grupo das senhoras, comentava-se um escândalo que acontecera em Nampula: a filha única de um médico conhecido, casada com um branco como ela, dera à luz uma criança negra. A propósito, puseram-se a especular sobre raças e casamentos, e sobre as razões de tamanha desgraça na família do médico. E para surpresa de todos os presentes, e sem que alguém lhe tivesse pedido a opinião, Manuela declarou:

— Pois eu era perfeitamente capaz de casar com um preto se gostasse dele e se ele gostasse de mim.

Tais palavras valeram-lhe uma sonora bofetada da mãe que não se contentou. Bateu-lhe ali mesmo, no meio da festa em sua honra, e diante de toda a elite da terra. E a partir desse dia, D. Maria Inácia passou a vigiar aquela filha constantemente, não fosse ela apaixonar-se por um preto. Manuela por sua vez, foi-se tornando uma rapariga ensimesmada e esquiva, evitando a companhia dos pais e das visitas da casa.

Um dia, D. Maria Inácia resolveu falar-lhe de uma maneira que ela considerava adulta e evoluída.

— Ouve cá, minha filha — começou ela — sobre aquela coisa de seres capazes de casar com um preto. Onde é que tu achas que podes

encontrar um preto com a tua instrução, o teu nível social, diz lá. Isso não existe, filha! Não achas que tenho razão? Além disso um preto é sempre um preto. E tu, graças a Deus, és branca.

Manuela não respondeu. Vendo nesse silêncio uma velhaca obstinação, D. Maria Inácia desatou a abaná-la com frenesim.

— Responde, não ouves? — gritava — porque é que não respondes? existe algum preto capaz de casar contigo?

Com voz ressentida e fatigada a rapariga acabou por responder:

— Eu não disse que existe, mãe! Eu só disse que, se eu gostasse de um preto e ele gostasse de mim, era capaz de casar com ele.

Desta vez, esquecendo os seus propósitos de ter uma conversa evoluída, D. Maria Inácia não se ficou por uma simples bofetada. Socou a filha com uma raiva cega, vociferando enquanto lhe batia.

— Com que então a menina não se importa de casar com um preto? Onde é que foste buscar essas ideias? Educa uma pessoa uma filha com todo o cuidado, e no fim ouve uma destas! Que mal fiz eu a Deus para ouvir isto?

E acabou por romper num choro convulso e cheio de auto-compaixão. Manuela suportou-lhe as pancadas sem quase se mover. E é possível que lhe tenha ficado desse dia o hábito de apertar os lábios e falar muito pouco.

Agora, ali à mesa, mais uma vez ela é um elemento estranho. E, mais uma vez, lhe dói a certeza de que os seus sentimentos mais profundos, os seus ideais mais verdadeiros, jamais poderão ser compreendidos pelas pessoas com quem vive todos os dias. E o senhor administrador, que a observa sorratamente, sabe também que jamais a compreenderá, concluindo para si próprio, como de costume:

«É um caso perdido, a ovelha ranhosa da família. E no entanto era a minha filha predilecta.»

Depois da sesta, o senhor administrador vai novamente de riqueza para a Câmara Municipal. O puxador tem agora as costas mais curvadas e os seus movimentos deixaram de ser tão coordenados como de manhã. A tarde está abafada e húmida, e uma bruma sonolenta envolve a cidade. Assim, é com verdadeiro alívio que o senhor administrador penetra na frescura do ar condicionado do seu gabinete.

Senta-se à secretária e acende maquinalmente um cigarro. Olha depois com desânimo o expediente que o espera e começa a seleccionar os documentos que requerem apenas a sua assinatura. Não sente cora-

gem para se ocupar de assuntos mais fatigantes. E a ponta de tédio lá vem de novo, premente e fina, sugando-lhe a energia, entorpecendo-lhe o cérebro.

Lá para o fim da tarde, recebe o director da Escola Técnica que é simultaneamente delegado da Mocidade Portuguesa. Este é um sujeitoinho baixo e extremamente magro que exhibe um sorriso permanente e velhaco no rosto afilado de manguço e entra sem rodeios no assunto que o leva a procurar o senhor administrador.

— Podia procurá-lo em sua casa — diz ele — mas o problema que tenho expor é tão grave que decidi dirigir-me a si como administrador e não como amigo ... trata-se da sua filha Manuela.

O senhor administrador encara o delegado da Mocidade Portuguesa com a respiração suspensa. Sabe que Manuela é capaz de lhe causar as mais desagradáveis surpresas.

— Como sabe, nós temos a nossa polícia montada na Escola — continua o delegado — já vários alunos me têm vindo dizer que a professora Manuela trata bem de mais os alunos de cor, incluindo os negros. Infelizmente somos agora obrigados a apaparicar essa gatinha, e tê-los a estudar na Escola Técnica, onde dantes nem podiam entrar, já é um grande favor. Mas Manuela excede os limites. Trata os alunos negros como se fossem brancos. Aliás ela própria mo declarou sem papas na língua.

— Ela própria lho declarou?! — interrompe o senhor administrador, sentido um aperto no coração.

— Sim! Porque antes de vir aqui incomodar o meu amigo, chamei-a ao meu gabinete. E devo dizer-lhe que me respondeu de um modo um tanto estranho, para não dizer até ... desculpe ... bastante insolente.

O senhor administrador não faz qualquer comentário e o outro anima-se a prosseguir:

— Disse-lhe que apreciava muito o seu trabalho como professora e que, sendo ela uma rapariga com o 7.º ano e tão inteligente, deveria compreender-me. Enfim, falei-lhe como um pai sobre o que os alunos da nossa confiança dizem a seu respeito. E sabe o que ela me respondeu?

Olha para o senhor administrador, como que a medir o efeito das suas palavras e, depois de uma breve pausa, continua num tom de crescente indignação:

— Sabe o que ela me respondeu? Que sim senhor, tratava os alu-

nos todos da mesma maneira porque assim é que é justo. Enfim, uma verdadeira provocação — exclama ele soerguendo-se e avançando o rosto ponteagudo.

Nem por um momento o senhor administrador duvida que tais palavras tenham saído da boca da sua filha Manuela. Por isso limita-se a ouvir o outro com estudada deferência.

— Sabe que sou seu amigo — continua o delegado da Mocidade Portuguesa, procurando falar num tom mais conciliador — por isso venho pedir a sua colaboração porque é muito aborrecido que seja justamente a Manuela, que aliás é uma óptima professora, a criar situações destas na Escola. Deve saber guardar as distâncias. Os malditos turras já nos levaram a fazer concessões vergonhosas, mas não podemos admitir certas coisas. E como deve calcular, serei obrigado a agir, contrariamente à minha vontade, claro, se ela continuar com o mesmo procedimento.

O senhor administrador apressa-se a garantir que usará a sua autoridade de pai e que, de futuro, a atitude da filha não dará asos a reparos. Contudo, intimamente, sabe que nada do que disser a Manuela poderá modificar a sua maneira de agir, caso ela a considere correcta. Conhece-lhe o carácter obstinado e receia desde já o irónico silêncio com que ela acolherá os seus conselhos.

Quando o delegado da Mocidade Portuguesa enfim, se retira, procura não pensar mais no caso, pelo menos por enquanto. Olha para o relógio e, constatando que já passa das cinco, apressa-se a sair.

— Podes ir. Hoje não preciso mais de ti — diz ele ao puxador do riquexó que o espera na rua.

O puxador agradece o antecipado repouso, corre a guardar o riquexó e vai descansar os ossos moídos na palhota.

O senhor administrador toma o caminho da casa de D. Júlia Sá, a discreta cúmplice das suas aventuras. Como sempre que vai àquela casa, afivela uma expressão grave de quem reflecte nos sérios problemas do seu cargo e as pessoas que o vêem passar, cumprimentam-no respeitosamente, como que receosas de interromper tão elevadas reflexões.

Com passo deliberadamente lento, passa pela Rua do Fogo e pela Travessa do Pombal. Na esquina a seguir, fica a casa de D. Júlia Sá, casa ideal para os seus intentos. Simultaneamente recolhida e à vista de toda a gente, é discreta e insuspeita também.

A própria D. Júlia Sá vem recebê-lo à porta. É uma mulata já entrada em anos, viúva de três maridos, e célebre no seu meio, por ter sido protagonista de sucessivos casos de adultério. Por um preço módico, tem sempre um quarto à disposição do senhor administrador que a conheceu através do sipaio Abdulrazaque. Cumprimentam-se rapidamente e, como de costume, ela informa:

— A rapariga já está à sua espera, senhor administrador.

Este dirige-se imediatamente para o quarto que tão bem conhece e abre a porta.

De pé, colada à parede, Suhura observa-o com os longos olhos húmidos, desvairados de pavor.

O Dia de Suhura

Na semipenumbra do seu quarto exíguo e abafado, Suhura acorda sorrindo ao novo dia que desponta. Contudo, não tem qualquer motivo para sorrir. Aos quinze anos é analfabeta, órfã de pai e mãe e extremamente pobre. Além disso, vai morrer antes de o dia findar.

De natureza predisposta à alegria, o simples facto de viver a enche de satisfação. Por isso ela sorri à claridade morna que a desperta, salta rapidamente da quitanda e corre para a janelinha de madeira que abre de par em par.

São cinco horas da manhã. Porém a luz do dia já penetra a jorros, iluminando cruamente o quarto. Este é um compartimento minúsculo, de paredes de mataca carcomida e tecto sem forro, onde se atravancam a quitanda de Suhura, uma velha mala de latão assente sobre quatro pedregulhos, e a quitanda da avó.

Suhura vive com a avó desde a morte da mãe. Mal conheceu o pai que, segundo a opinião da avó, era um homem predestinado a morrer cedo, pois tinha um temperamento orgulhoso, o que de modo algum convém a um negro. Da mãe, conserva uma vaga recordação de doçura e melancolia. Era uma mulher silenciosa e um pouco ausente que dividia os seus dias entre a cozinha e a machamba. Como havia sempre pouco que cozinhar e a machamba não passava de dois palmos de terra, sobrava-lhe tempo para permanecer longas horas sentada à soleira da porta, olhando o vácuo. Raramente tomava a iniciativa de acariciar a filha. Mas quando esta se aninhava nos seus braços, embalava-a com gestos tão impregnados de ternura que Suhura acabava por adormecer, na mais perfeita paz. Mas um dia a mãe desapareceu também, entre cânticos e choros. A avó foi da Ilha, onde vivia já há vários anos, e gastou tudo quanto tinha com as despesas do funeral. Depois, findas as cerimónias dos quarenta dias, fechou a palhota e regressou, levando consigo a neta e os poucos haveres que a filha tinha deixado.

A princípio Suhura chorava todos os dias. Pouco a pouco porém, as lindas histórias que a avó lhe contava à noitinha, a praia e o azul infinito do mar, foram apagando a doce lembrança da mãe e do mato

cheiroso e verde onde nascera. E a criança franzina, de ventre dilatado e joelhos ossudos, foi-se transformando na graciosa adolescente que agora sorri ao sol desta manhã de Novembro.

Como de costume, depois de se ter lavado, Suhura corre para junto da avó que está na varanda, preparando o quitundo de mucates, seu único ganha-pão, que acabou de assar para ir vender no bazar. Senta-se encostada à parede, à maneira macua, com os joelhos levantados e a capulana presa entre as pernas. E enquanto esfrega os dentes com mulala, observa a velha que vai colocando os mucates ainda quentes no quitundo.

Suhura sabe que algo preocupa a avó há vários dias. E, pelos olhares furtivos e carregados de tristeza que esta lhe lança de vez em quando, sabe que é ela, Suhura, a causa das suas preocupações. O grande respeito que tem pela velha inibe-a de fazer perguntas que esta talvez não queira responder. Mas quando a vê agora levantar-se, o corpo trémulo acusando um esforço desusado, para ir vender os seus mucates, Suhura não se contém.

— Avó, avó, o que é que eu fiz? — pergunta, esperando ansiosamente uma resposta.

A velha pousa nela os olhos cansados e, por um breve instante, parece querer falar. Limita-se porém a fitá-la longamente. Depois, sem dizer palavra, põe à cabeça o quitundo com os mucates e parte para o bazar.

A atitude insólita da avó deixa a rapariga confusa e sem vontade de se ocupar das suas tarefas diárias. Mesmo assim, em pouco tempo varre e limpa o minúsculo quintal e a palhota que é também pequena e quase desprovida de móveis. Em seguida, com o recipiente de lata encostado à anca, atravessa todo o bairro do Litine para ir ao fontanário buscar água.

A esta hora já o sol penetra à vontade nas ruelas estreitas, onde não existe a sombra de uma única árvore, e todo o bairro parece arder, inmerso em ondas de calor asfixiante. Dos quintais chegam vozes abafadas de mulheres. Crianças nuas, de ventres inchados, brincam à sombra das portas escancaradas das palhotas. De vez em quando, uma fila de patos marrecos atravessa as ruelas de repente, deixando atrás de si um rasto de fezes. E, como há muito não chove, cada passo de Suhura levanta, da areia seca, nuvens de poeira que se colam ao corpo em camadas finas e cinzentas.

Seis vezes tem ela que fazer o percurso que separa a sua palhota do fontenário. Só então consegue armazenar, no velho tambor do quintal, a água suficiente para as necessidades do dia. Deita-se depois, exausta, no meio do quintal. Não se move, a não ser para de vez em quando enxotar as moscas que zumbem encarniçadas à sua volta. Espera assim ganhar forças para ir à praia apanhar mariscos para o almoço.

As companheiras não tardam a chegar, pois a maré está quase vazia a esta hora. São rapariguinhas do bairro, pobres como Suhura, que habitualmente a vêm buscar para a apanha de marisco. Munida de alcofa e facão, Suhura junta-se ao grupo e segue com ele para a praia. Hoje, contrariamente ao que é costume, mal participa nas conversas e brincadeiras. Não consegue afastar do pensamento a imagem da avó fitando-a em silêncio e carregando penosamente o quitundo dos mucates. Não sabe definir porque tanto lhe dói a lembrança daquele olhar embaciado e daquelas costas magras e curvadas. Sabe apenas que a deixa sem vontade de rir e de brincar.

As raparigas atravessam rapidamente o Litine, o Esteu e a Marangonha, apanham a Contra-costa e, em pouco tempo, estão na praia. Como sempre, deixam-se ficar uns momentos a contemplar a paisagem tão familiar e sempre nova. Até mesmo Suhura não pode ficar indiferente à beleza generosa da natureza que a rodeia.

Lá longe a Ilha de Goa e a Ilha das Cobras, pequenas ilhas que um barco a motor alcança em três quartos de hora, são dois oásis verdes cortando o azul infinito do oceano. Da praia vê-se nitidamente a torre do Farol na Ilha de Goa. Tudo mais é de um verde suave e, junto ao mar, a areia confunde-se com a espuma branca das ondas. A Ilha das Cobras, coberta de vegetação mais densa, deve o seu nome ao facto de, segundo a lenda, ser habitada por estranhas cobras, algumas das quais exibem gordas mamas e óculos de aros escuros.

Suhura e as companheiras contemplam as ilhas sonhadoramente. Felizes por se encontrarem aqui, aspiram com prazer o cheiro intenso a maresia e a brisa suave é uma carícia nos rostos.

Entretanto a maré acaba de vazar completamente. O oceano recuou para bem longe, deixando pequeninas ondas de areia, em cujos sulcos se arrastam burriéis e agitadas minhantjas correm. As raparigas precipitam-se então para as poças de água cristalina, onde peixinhos de cores cintilantes parecem bailar de pura alegria. Há-os vermelhos,

brancos com pintas negras, azuis delicadamente estriados de amarelo ouro, negros com caprichosos motivos vermelhos, verdes parecendo folhas, e ainda os gordos peixes-gato que se confundem com a areia clara do fundo. Famílias de ouriços aninham-se nos recantos mais escondidos, e holotúrias cor de coral descansam imóveis no leito de plancton. Nas poças mais fundas, com água pela cintura ou pelo peito, Suhura e as companheiras procuram, com os olhos experientes, algum peixe maior que se tenha descuidado de acompanhar a maré. E quando o descobrem, apanham-no nas capulanas estendidas que dobram rapidamente, com movimentos silenciosos e coordenados.

Seguem depois para os bancos de coral onde, com a ponta dos facões, ou mesmo à mão, arrancam da rocha arenosa e húmida o mexilhão, a amêijoia, a tjaça, o ouriço branco... Tudo o que o generoso mar da Ilha oferece para conduto do seu caril.

Aproveitando a mesma oferta, grupos de raparigas, crianças, e até velhas de espinha quebrada espalham-se pela praia. É tudo gente paupérrima da Ponta da Ilha. Mas procuram o marisco cantando belas e antigas canções, cuja origem se perde na memória dos avós dos seus avós. De vez em quando estalam gargalhadas, algumas provocadas pelo simples prazer de desfrutar estes preciosos momentos de liberdade e gratuita beleza.

Mais além, ainda mais para além dos bancos de coral, o oceano que recuou, espalha-se em caprichosos tons de azul e verde. E o seu longo marulho é a música de fundo desta paisagem perfeita. Por isso, é tão difícil a Suhura e às companheiras deixar a praia quando, já com as alcofas cheias de marisco, têm que regressar às suas palhotas decrepitas e abafadas.

Em casa, Suhura apressa-se a preparar o almoço. E quando a avó chega do bazar encontra já a esteira estendida na varanda. Pouco depois, a rapariga vem colocar a gamela de alumínio com a chima de caracata e a tigela com o tocoçado de marisco. Avó e neta sentam-se então na esteira e começam a comer em silêncio. Retiram da gamela pequenos bocados de chima, molham-nos no caril e, à maneira macua, engolem-nos quase sem mastigar. Hoje, mal tocam nos alimentos, e a refeição termina sem trocarem uma única palavra. E só quando Suhura regressa do quintal, depois de ter lavado as panelas, a velha se decide a falar.

— Senta-te aqui, minha neta, temos que conversar — diz ela, aparentando uma calma que não sente.

Suhura obedece prontamente, pois calcula que a avó irá enfim dizer-lhe o que a faz sofrer.

— Suhura, minha neta, — continua a avó — o que te vou pedir hoje, nunca pensei pedir na minha vida. O meu coração dói como uma ferida, e não sei mesmo se algum dia esta ferida há-de sarar.

A rapariga escuta sem compreender muito bem o sentido exacto destas palavras. Parece-lhe tão estranho que a avó precise de lhe pedir algo que lhe causa sofrimento.

Esta, entretanto, procura ser bem explícita, relatando o que se passou desde o dia em que foi chamada a casa da velha Agira Momade. Espera assim que a neta compreenda o estranho pedido que será obrigada a fazer-lhe. Omite alguns pormenores que não considera necessário repetir, mas ela, ela guarda bem na lembrança tudo o que aconteceu.

Foi há cerca de uma semana que recebeu o recado da velha Agira, pedindo-lhe que fosse a sua casa no dia seguinte, por volta das cinco horas da tarde. A avó, que nunca se dera intimamente com tal mulher, achou estranho que ela a mandasse chamar. Mesmo assim, por se tratar de uma pessoa conhecida de há muito, compareceu à hora marcada. A velha Agira recebeu-a no quarto, deitada numa grande cama, única peça de mobiliário que lhe ficou dos seus tempos de prostituta afamada. Aliás, ficou-lhe também desse tempo o hábito de passar os dias deitada e de assim receber toda a gente.

Ao entrar no quarto, a avó assustou-se vivamente e esteve preta a retirar-se. É que, sentado numa cadeira junto à cama, estava o sipaio Abdulrazaque, conhecido e temido em toda a Ponta da Ilha. Mas a velha Agira pediu-lhe que entrasse sem receio. O sipaio Abdulrazaque, afirmava ela, só estava ali para a ajudar, e trazia boas notícias. Esta informação assustou ainda mais a avó, por trazer implícita alguma relação entre aquele homem e ela, e preparou-se para ouvir o pior.

A velha Agira não esteve com delongas. Entrou logo no assunto, começando por referir a grande, a enorme sorte que a avó tinha. Pois não era que o senhor administrador, um homem tão importante em todo o mundo, tinha visto a sua neta Suhura e tinha gostado dela?

Gostara tanto que queria dormir com ela, uma simples negra sem valor. E o sipaio Abdulrazaque estava ali para arranjar tudo da melhor maneira.

A avó aflita, encarou o sipaio, como a pedir-lhe confirmação de tão perturbadora notícia. Este limitou-se a brindá-la com o seu sorriso de chacal. Entretanto a velha Agira continuava a felicitar a avó pela grande sorte que tivera, visto a neta, uma negra sem qualquer valor, ser pretendida pelo senhor administrador. Lembrava ainda que o sipaio Abdulrazaque iria buscá-la para a levar ao encontro que deveria ficar marcado já ali. E ela, Agira, que conhecia bem a vida, aconselhava a avó a entregar a neta quanto antes, para o senhor administrador ficar satisfeito e dar um bom saguate.

A avó já não ouvia nada, perdida entre aquela arenga rouca e monocórdica da velha Agira e o terrível sorriso do sipaio. Como explicar-lhes — desesperava-se ela — como explicar-lhes que não desejava tal sorte para a neta. Que não podia forçá-la a ter relações sexuais com ninguém. Que a rapariga era a única coisa sagrada que tinha no mundo e não podia entregá-la a um desconhecido, por medo ou por dinheiro. Nem mesmo ao senhor administrador! E como se mantivesse silenciosa, procurando argumentos que eles pudessem entender, depois de a velha Agira ter terminado o seu arrazoado, o sipaio interpelou-a impaciente:

— Então velha, não responde nada?

A avó reuniu todas as suas forças e, trémula de medo, foi dizendo que muito agradecia ao senhor administrador ter gostado da neta. Era realmente uma grande sorte para uma negra qualquer, mas a rapariga era virgem e mal acabava de ser mulher. Que se via mesmo pelo seu corpo franzino que nunca poderia satisfazer um homem tão importante como o senhor administrador. Por isso não podia entregá-la assim...

Aí o sipaio Abdulrazaque zangou-se a valer e interrompeu.

— Velha, não sabe o que está a dizer! — berrou irritado — eu pedi à nuno Agira, que já foi mulher de muito administrador e de outra gente grande, para aconselhar, por respeitar a sua velhice. Eu podia chegar a sua casa e levar a sua neta para o senhor administrador e pronto. Mas eu não gosto de faltar ao respeito e por isso pedi à nuno Agira para falar primeiro. E você, velha, em vez de ficar contente, quer discutir as ordens do senhor administrador?! Onde é que apren-

deu essas maneiras? Ou é essa gente, amiga dos terroristas, que anda a virar a sua cabeça?

O sipaio falava em macua, mas introduzia de vez em quando uma frase em português, para marcar bem as distâncias entre ele e a velha que mal percebe esta língua. E, à medida que ia falando, exaltava-se com as suas próprias palavras. Acabou por se levantar, indo depois postar-se diante da avó, dominando-a com o seu corpo imenso. Por fim, perguntou num tom que não admitia discussão:

— Quando é que posso ir buscar a sua neta?

— Quinta-feira — respondeu maquinalmente a avó, sem saber o que dizia.

Pretendia apenas ganhar tempo e pensar em casa na melhor maneira de defender a neta. E na quinta-feira, quando o sipaio foi buscar a rapariga à hora marcada, ela enganara-o dizendo que Suhura estava doente. Tivera que suportar-lhe os insultos e ameaças que ele, desconfiado, lhe atirava aos berros, antes de assentarem que o dia do encontro seria hoje. E ela sua avó, desgraçadamente, é obrigada a pedir-lhe que vá.

— Avó, não! Avó, não! — suplica a rapariga, quando a velha acaba de falar.

— Suhura, minha neta! O sipaio leva-te à força e podem até prender-te e arrancar-te de mim. Eu sei que é horrível isto que te peço, mas diz-me se podemos fazer outra coisa?! — geme a avó, perdida de angústia.

Suhura compreende então que não há outra saída. Que ela e a avó nada podem contra o senhor administrador e o seu sipaio. E que, na verdade, não vale a pena resistir. Assim, quando mais tarde o sipaio, a vem buscar, encontra-a já pronta. Segue-o depois docilmente, através dos becos da Ponta da Ilha e pelas ruas desconhecidas da cidade de cimento. Noutra ocasião, teria observado avidamente este mundo diferente do amontoado de palhotas onde vive. Mas hoje caminha sem ver, indiferente a tudo que não seja o medo incontrolável do que a espera. De vez em quando o sipaio tenta meter conversa. Suhura porém, não lhe responde. Aliás, nem o ouve. Procura apenas seguir-lhe os passos, movida por uma espécie de estranha fatalidade, que a leva a desejar que tudo seja consumado rapidamente.

Chegam por fim a casa de D. Júlia Sá. Esta recebe-os com uma frieza calma, adequada à situação.

— Vamos — diz ela à rapariga, seguindo à sua frente, logo que o sipaio se retira.

E depois de uma breve passagem pela sala de entrada e por um corredor mal iluminado, diz-lhe em macua e no mesmo tom seco, abrindo a porta de um quarto de dormir:

— Entra e prepara-te. O senhor administrador deve estar a chegar!

Suhura fica só, no quarto cheio de móveis. Sente as pernas fraquejar e o coração parece pulsar-lhe violentamente na garganta. E não sabe o que há-de fazer ao próprio corpo que lhe dá a impressão de estar a mais entre tantos móveis hostis. Decide-se por fim a ficar de pé, junto à parede oposta à cama, espiando a porta por onde um homem desconhecido vai entrar.

III

O Fim do Dia

O senhor administrador não pode reprimir um gesto de contrariedade quando, ao abrir a porta do quarto onde se encontra Suhura, depara com ela de pé e completamente vestida. Também lhe desagradava o medo tão patente nos olhos da rapariga. Está habituado a encontrar negrinhas bem industriadas que o esperam na cama. É certo que algumas escondem o rosto, envergonhadas e medrosas. Outras até conseguem aborrecê-lo, tal é a resignada tristeza com que se entregam.

— Mas esta gaja está mesmo morta de susto! — pensa ele enquanto se despe.

A atenção obstinada com que Suhura o observa torna ridículo cada um dos seus gestos a despir-se, e é com verdadeiro alívio que, já nu, se senta na cama. Procura então disfarçar a irritação que o domina e ensaia mesmo um sorriso, ao mesmo tempo que, com um breve aceno, chama a rapariga para junto dele. Como se aguardasse apenas tal convite para agir, Suhura precipita-se para a porta e o senhor administrador quase não chega a tempo de impedir-lhe a fuga. Com uma calma que está longe de sentir, fecha a porta e vai pôr a chave no bolso das suas calças.

Então, não podendo disfarçar a indignação que sente, já sem sorrir, dirige-se à rapariga.

Apesar de todos os seus planos para suportar com resignação o inevitável, Suhura sente agora que não pode tolerar qualquer contacto físico com este desconhecido que avança para ela, com o ventre a tremer, e procura fugir-lhe a todo o custo. Trava-se então uma luta surda e feroz que o desejo cego do senhor administrador e o desespero da rapariga prolongam até à exaustão.

Vence o mais forte. Com o quimão rasgado e as capulanas espalhadas pelo chão, Suhura é arrastada para a cama. Ela porém não deixa de resistir, utilizando por fim a força dos seus dentes jovens. Por um breve instante, o homem e a rapariga encaram-se de frente e a ironia que brilha no fundo dos olhos de Suhura lembram ao senhor administrador um outro olhar, o inquietante olhar da sua filha Manuela. Então a raiva que o sufoca atinge o auge. Já não sabe se quer possuir ou matar esta negrinha que ousa resistir à sua vontade e que, embora subjugada pelo seu corpo possante, estrebucha e morde como

um animal encurralado. Por fim, usa de toda a sua força, indiferente às consequências. Um grito rouco e breve é a resposta de Suhura. Depois o silêncio e a imobilidade total.

O senhor administrador só se apercebe do significado de tal silêncio e imobilidade quando, já de pé e meio vestido, repara que a rapariga não se levanta da cama. Observa-a melhor e não é preciso tocar-lhe para ter a certeza de que está morta. O corpo inerte conserva uma obstinada atitude de recusa e uma flor de sangue contorna-lhe as magras coxas.

Para além de um irritado espanto, o senhor administrador sente apenas uma estranha curiosidade em conhecer a causa desta morte: teria violentado a rapariga de tal modo que lhe provocasse uma hemorragia fatal? Ou, no meio da sua estúpida agitação, teria ela própria batido com a nuca na cabeceira da cama? Ou morrera de puro susto? Interrogando-se assim intimamente, acaba de se vestir e sai do quarto, sem se voltar uma só vez.

Surpreende D. Júlia Sá no corredor. Esta estivera à escuta, como é seu hábito, e não pudera desaparecer a tempo.

— O estupor da negra morreu! — informa o senhor administrador, à queima roupa.

D. Júlia Sá hesita entre o desmaio e os altos gritos. Pelo que escutara, sabia que algo de insólito tinha acontecido, pois a luta surda que adivinhava através da porta, não era certamente um jogo de amor. Mas que tenha acabado em morte parece-lhe inacreditável. Contudo o senhor administrador apressa-se a tranquilizá-la.

— Esteja descansada, nada lhe vai acontecer. Vou já mandar o Abdulrazaque e ele tratará de tudo, vai ver! Você escusa mesmo de entrar no quarto. — diz ele, dirigindo-se precipitadamente para a saída.

Com efeito, o sipaio Abdulrazaque chega pouco depois. Como se já estivesse habituado a lidar com mortes imprevistas, encontra-se perfeitamente à altura da situação. Em escassos minutos, prepara a rapariga e desaparece discretamente com ela num riquexó que os espera na rua.

A coberto da noite, seguem pela Contra-costa, contornam o jardim do Hospital, e apanham depois a rua que dá acesso ao Litine, o bairro de Suhura. Este não passa de uma cova atravancada de palhotas e por isso não permite a circulação de qualquer veículo. Tal facto porém, não constitue obstáculo para o sipaio Abdulrazaque que, com

a ajuda do puxador, leva a rapariga nos braços como se estivesse doente. Percorre assim as ruelas escuras, indiferente aos olhares das raras pessoas que encontra a esta hora que, alás, não se atrevem a fazer-lhe perguntas. Mas, quando chegam a casa de Suhura, a avó, mal os vê, percebe imediatamente que a rapariga está morta e não se contém.

— Mataram a minha neta! Mataram a minha Suhura! Porque fizeram isso, se ela foi, coitada! Ela não queria, ir mas foi! Coitada da minha Suhura! — grita ela chorando convulsivamente.

Imperturbável, o sipaio entra na palhota com Suhura nos braços e segue atrás da velha que, continuando a soluçar e a gritar à sua frente, o guia maquinalmente para o quarto. Coloca então a rapariga numa das quitandas. Depois, voltando-se para a avó, e apertando-lhe um braço com firmeza, diz-lhe muito pausadamente:

— Não grita, velha. Ninguém matou Suhura. Ninguém matou Suhura. Compreende?!

A avó compreende muito bem.

LÍLIA MOMPLÉ ■ NINGUÉM MATOU SUHURA ■ LÍLIA MOMPLÉ

O ÚLTIMO PESADELO

Luanda, Abril de 1974

— Não... não... não podem... não podem fazer isso... oh não...
nããão...

Flora acorda sobressaltada com os gritos do marido que, sentado na cama, a fixa com os olhos vítreos e o rosto alagado em suor.

— Acorda, meu querido, sou eu, vês? Olha, sou eu, — diz-lhe ela afagando-o com brandura.

Eugénio continua a fitá-la sem a ver, pois só muito lentamente consegue emergir do pesadelo que há anos se repete, embora cada vez mais espaçadamente. É sempre igual, nos mais ínfimos pormenores, reproduzindo fielmente a realidade dessa noite terrível.

Foi em 1961, na Gabela, onde Eugénio vivia há cerca de um ano, Embora residisse há tão pouco tempo nessa vila, Angola não era uma terra estranha para ele. Nasceu em Espinho, conhecida praia do norte de Portugal mas, com três anos apenas, veio para Angola com os pais e as duas irmãs, vivendo sucessivamente em Luanda, em Benguela e no Lobito. Um dia, tinha ele doze anos, a mãe, cansada de suportar as constantes aventuras extra-conjugais do marido e os inerentes maus tratos, resolveu fugir da casa com um homem que há muito a cortejava sem que fosse correspondido.

Assustado com a perspectiva de ter que educar sozinho três filhos adolescentes, o pai de Eugénio decidiu regressar com eles a Espinho, onde vivia toda a sua família. Eugénio jamais se adaptou aos ventos cortantes do Inverno, à chuva incessante, ao ar soturno das casas e das pessoas da terra onde nascera. Pelo contrário, à medida que o tempo ia passando, mais pungente era a saudade dos grandes espaços verdejando ao sol, onde passara a sua infância. E, numa manhã cinzenta e

húmida, já com vinte e três anos, despediu-se da família e veio para Angola, decidido a ficar.

Foi viver para Gabela, região rica em café, onde se empregou como desenhador, no atelier de um agrimensor. Hospedou-se no Hotel Guaraná, residência de quase todos os colonos sem família, na vila. Por um preço razoável, tinha um quarto modesto mas limpo, roupa lavada e comida caseira.

O trabalho absorvia-lhe a maior parte do tempo. As horas de lazer ocupava-as dando longos passeios solitários, devorando livros ou conversando com o agrimensor, homem de ideias avançadas que, em breve, passou a exercer uma subtil mas profunda influência no seu espírito jovem e aberto. Durante a época da caça, tinha também o hábito de se embrenhar no mato nas noites de sábado, regressando sempre com peças que confirmavam a sua fama de excelente atirador. A vida decorria-lhe assim numa tranquilidade morna, até ao dia em que foi sacudido pelas palavras de Osório, outro hóspede do hotel, que lhe disse quase em segredo:

— Parece que rebentou uma revolta de negros, lá no norte.

Dizem que os sacanas andam a matar brancos!

No dia seguinte a notícia já era do domínio público, espalhando o pânico entre a população branca da vila, embora esta ficasse longe das zonas de guerra.

A princípio, a rádio e os jornais nada diziam. Posteriormente, limitavam-se a anunciar actos macabros de terrorismo por parte dos revoltosos, e vitórias retumbantes da tropa colonial. Assim, o ódio e a fanfarronice que transpiravam dos noticiários passaram a caracterizar as conversas da maior parte dos colonos da Gabela. Por isso, quando certo dia, um camionista, de passagem no hotel Guaraná, garantiu que negros armados o tinham auxiliado a safar o seu camião que se enterrara numa estrada do norte, os ânimos exaltaram-se.

— Não venha cá com essa. Os gajos matam todos os brancos que apanham — gritavam indignados os outros hóspedes que, à hora do almoço, se aproximaram da mesa do camionista para saber novidades.

— É o que vos digo. — teimou o homem, encantado por se ver o centro das atenções — Estava eu a tentar desenterrar o maldito camião quando de repente me apareceram três pretos armados. Não me cabia um feijão no cu. Pensei que era a minha última hora, palavra de honra.

— Deram-lhe os bons dias e perguntaram se desejava alguma coisa, não? — comentou, ironicamente, um hóspede.

— Parece mentira mas é verdade. — garantiu o camionista, continuando a falar com a boca cheia — Os gajos olharam para mim, cumprimentaram-me, pediram-me os documentos, perguntaram de onde vinha e para onde ia, e puseram-se a safar o camião.

— São uns santinhos. — escarneceu alguém do grupo que rodeava o camionista.

— Eu nem acreditava no que via. Quando acabámos de desenterrar o estupor do camião, confesso que fiquei à espera que me enfiassem um balázio e o levassem. Mas os tipos desejaram-me boa viagem e meteram-se no mato outra vez. — concluiu o camionista, limpando os beiços, e olhando sorridente para a assembleia que o escutava, já em silêncio.

Só então reparou quanta hostilidade continha aquele silêncio. E, pouco a pouco, o sorriso foi-lhe morrendo nos lábios, enquanto os hóspedes se afastavam murmurando insultos e lançando-lhe olhares turvos de raiva. Mal tocou o resto da refeição, sentindo à sua volta um vácuo de desamparo. Tencionava seguir viagem no dia seguinte mas, pensando melhor, pediu a conta depois do almoço e partiu imediatamente.

Eugénio também se encontrava entre os hóspedes que rodeavam o camionista e o que ouviu deixou-o confuso e perturbado.

— Será verdade? — perguntou ele mais tarde ao agrimensor, depois de lhe ter contado a história do camionista.

— É bem possível — retorquiu aquele, no seu modo sereno de falar.

— Para ti tudo é possível — interrompeu a esposa que se encontrava presente — não vês que são todos terroristas e que o tal camionista esteve a gozar o pessoal?

— Não fiques tão arreliada, mulher. O facto de serem rebeldes não quer dizer que sejam forçosamente terroristas.

— Mas toda a gente sabe que cortam orelhas, narizes e sei lá que mais, e que matam os brancos todos que encontram. A rádio e os jornais estão sempre a contar o que esses selvagens fazem, e este homem ainda duvida que sejam todos terroristas — gritava a mulher, fora de si.

O marido, reconhecendo a inutilidade de qualquer discussão naquele momento, afagou-lhe o rosto ternamente e calou-se.

Há alguns meses mais tarde é que, por vias não oficiais, os habitantes da Gabela ficaram a saber da existência de dois movimentos em Angola, nessa altura: a U. P. A. que posteriormente passou a chamar-se F. N. L. A. e que era na verdade um movimento fantoche, tribalista e terrorista, e o M. P. L. A. movimento de libertação, de cunho nacionalista e forte implantação popular.

Eugénio e o agrimensor mantinham longas conversas sobre o momento político que viviam. E a sua secreta simpatia ia para o M. P. L. A., pois o profundo sentido de justiça que ambos possuíam levava-os a concordar que os angolanos lutassem pela independência da sua terra, mau grado os privilégios pessoais que viessem a perder. Deviam, contudo, ser dos poucos colonos da Gabela a pensar assim. A grande maioria embriagava-se com os slogans profundamente difundidos pela rádio e pela imprensa. E descansavam a sua consciência no cómodo preconceito de que todos os guerrilheiros eram terroristas, incapazes de governar, e que Angola pertencia de direito aos portugueses.

Eugénio evitava discutir este assunto com quem quer que fosse, à excepção do agrimensor. Mas, tal atitude foi gerando à sua volta um clima de desconfiança, pois não deixava de ser estranho a sua ausência de opinião em matéria tão importante para todos os colonos.

Nunca tivera grandes afinidades com os outros hóspedes do hotel, na sua maioria pessoas incapazes de se interessar seriamente por algo que não fossem os seus próprios interesses e tacanhas ambições. Assim, nessa noite distante de 1962, na sala de jantar, embora reparasse que os outros comiam em silêncio, fitando-se por vezes com expressões de irónica cumplicidade, nada lhe fazia prever o que mais tarde iria acontecer.

Eram cerca das dez horas da noite quando, já deitado, Eugénio ouviu os primeiros gritos. Largou o livro que estava a ler e pôs-se à escuta. Eram brados lancinantes e desesperados que o fizeram saltar da cama e correr para o local donde eles provinham. Este devia ser o quarto de arrecadação do hotel pois objectos velhos ou quebrados que deviam estar por ali espalhados, atravancavam-se nos cantos e junto às paredes. O aposento fora assim preparado para o espectáculo que o rapaz passou a presenciar, com espanto e horror.

Eugénio nunca soube como conseguiram juntá-los, mas o certo é que se encontravam ali todos os empregados negros do hotel. Lá estava o velho Sabonete, responsável pela limpeza do seu quarto, os empre-

gados de mesa e da cozinha, catorze ao todo. Gritavam e davam saltos grotescos, procurando fugir das pauladas que os brancos que os rodeavam desferiam com vigor. O sangue jorrava-lhes das feridas abertas por todo o corpo, sobretudo das cabeças inchadíssimas. Alguns já mal podiam abrir os olhos e moviam-se às cegas, tentando em vão escapar à pancadaria.

À sua volta, formando um cerco apertado, estavam cerca de vinte colonos munidos de paus. A maioria eram hóspedes do hotel: o Borges do Grémio do Milho, o Osório da Fazenda, o Nunes do Banco, o Pires, o Fachada... Encostados às paredes e junto à porta, comprimiam-se os espectadores. Formavam uma espécie de claque, insultando os negros e animando os carrascos com os seus «chega-lhe que ainda mexe» e outros ditos estimulantes. Mesmo à entrada, barrando a passagem, postava-se o Regalo, de revólver em punho, gozando a cena com um sorriso demente. Tinha-lhe sido incumbida a missão de não deixar fugir nenhum negro.

— Mas o que é isto? Porque é que estão a dar cabo dos tipos? — perguntou Eugénio a um espectador que estava a seu lado.

— Então você não sabe? Queriam matar os hóspedes todos deste hotel! — respondeu o outro, meio distraído, pois não queria perder nada do espectáculo.

— Matar os hóspedes todos? Mas porquê?

— Ora! Estão feitos com os turras. E como o hotel só tem hóspedes brancos...

— Mas têm a certeza? Como é que souberam isso? — insistiu Eugénio incrédulo.

— Sei lá! Toda a gente sabe — respondeu o outro, já impaciente.

Eugénio relacionou então o silêncio e os olhares cúmplices dos hóspedes na sala de jantar com o que estava a desenrolar-se à sua frente.

«Resolveram então fazer justiça por suas mãos, e nem sequer têm a certeza de nada» pensou indignado.

Entretanto o sangue esguichava por todos os lados, empapando os negros e atingindo já as paredes e alguns espectadores. O velho Sabonete, quase morto, quando reconheceu Eugénio entre os espectadores que se aglomeravam junto à porta, tentou arrastar-se até ele, fitando-o com olhos suplicantes. Eugénio sempre o tratara, pelo menos, com humanidade. Dava-lhe peças de roupa velha e no fim do mês gra-

tificava-o generosamente. Além disso, estabelecera-se entre eles uma espécie de alegre camaradagem, baseada no senso de humor que ambos possuíam. E naquela hora suprema, o velho Sabonete esperava que o outro lhe pudesse valer. Porém, quando tentava romper o cerco que os brancos formavam, foi atingido por uma paulada tão vigorosa que lhe abriu o crânio, deixando-lhe os miolos à mostra.

— Parem! — gritou Eugénio a tremer — Não podem fazer isto! Parem!

Ele próprio se admirou da força dos seus gritos, a ponto de ter dominado aquele alarido infernal. Os outros colonos encararam-no estupefactos, deixando de berrar e de brandir os paus.

— O que foi? — perguntou por fim Osório, suspendendo as cham-bocadas e virando, de má vontade, o rosto suado e salpicado de sangue.

— Vocês não podem fazer isto. — replicou Eugénio com indignação — Se desconfiam deles, levem-nos à polícia. Mas isto é um crime.

Não têm direito de...

— Eu já sabia, eu já desconfiava que você era pior que eles, seu canalha! — interrompeu Regalo, apontando-lhe o revólver. Um brilho tigrino faiscava-lhe os olhos claros e Eugénio compreendeu que, se pronunciasse mais uma palavra, o outro o mataria ali mesmo. Fez menção de se ir embora, mas Regalo barrou-lhe a passagem, colocando-se atrás dele e encontrando-lhe a arma ao corpo.

— Vais ficar aqui até ao fim, meu traidor de merda — ordenou ele, com uma calma sinistra — Ou então já sabes o que te acontece!

Eugénio procurava reunir forças para não cair, pois começou a captar as imagens como em câmara lenta, o que lhe provocava vertigens e um zumbido insuportável nos ouvidos. Gostaria ao menos de poder fechar os olhos, mas receava a fúria de Regalo. Sentia-lhe o olhar felino a espiar-lhe os movimentos e o frio metálico da arma gelava-lhe as costas.

Eram duas horas da madrugada quando o último negro se imobilizou no chão. Houve depois, da parte dos assistentes, a preocupação de verificar se na verdade os negros estavam todos mortos. Satisfeitos com o exame, arrumaram os corpos para depois serem enterrados no mato. Só então Regalo permitiu que Eugénio se retirasse.

— Agora podes ir, bandido. Some-te da minha vista! — gritou, acentuando propositadamente o tratamento por tu.

Desse último instante, Eugénio guarda a lembrança de corpos entumescidos, pedaços de miolos colados nas paredes, e um cheiro intenso a fezes e a sangue.

Nem pensou em dormir nessa noite. Foi sentar-se na varanda do hotel, esperando que o ar fresco da madrugada o aliviasse da tensão e da angústia que o sufocava. Deixou-se ficar imóvel, de olhos fechados, sentindo a brisa acariciar-lhe o rosto escaldante. Já o dia começava a clarear quando ouviu alguém chamar por si. Era Osório, à frente de um grupo agitado e ruidoso.

— Andamos à sua procura para acabar com um gajo que escapou — disse aquele, ofegante.

Contou então apressadamente que um dos negros tinha desaparecido. E que descobriram que tinha sido levado por dois familiares. Estes aventuraram-se a entrar no quarto onde estavam os corpos amontoados e verificando que o seu parente estava ainda vivo, carregaram com ele. Estavam naquele momento a tentar atravessar o riacho que passava atrás do hotel, para depois se embrenharem no mato certamente...

— E que tenho eu com isso? — interrompeu Eugénio que não vislumbrava qualquer relação entre aquele arrazoado e a sua pessoa.

— Eles estão agora a atravessar o riacho. E você, como tem boa pontaria, podia acabar com o gajo mesmo na margem. — respondeu Osório, visivelmente impaciente.

Eugénio olhou-o incrédulo. Por um momento pensou que o outro estivesse a zombar dele, mas logo compreendeu que não. Falava a sério. Do seu ponto de vista, se Eugénio tinha boa pontaria, porque não havia de acabar com um negro moribundo? Queria responder, a todo o grupo que aguardava ansiosamente a sua resposta, que não era um assassino e não desejava participar naquele massacre. Mas tinha a certeza que ninguém lhe perdoaria tais palavras. Por isso disse-lhes apenas:

— Estou cansado. Desculpem-me, mas estou exausto. Assim nunca consigo atirar bem.

Havia realmente uma nota de tão extremo cansaço na sua recusa, que os outros não insistiram. Mas Eugénio ainda ouviu um deles dizer, enquanto se afastavam:

— Este gajo é muito esquisito. É bom tê-lo debaixo de olho.

Não tiveram oportunidade de o ter debaixo de olho. Nesse mesmo dia, Eugénio fez as malas, despediu-se do agrimensor e partiu para Luanda, onde vive até hoje. Mais tarde, veio a saber que tinham conseguido matar o negro que os familiares tentaram salvar. Que a tal conspiração para matar todos os hóspedes do hotel não passara de boato. E que, como é óbvio, todos os responsáveis pelo massacre, mesmo os assassinos, tinham ficado impunes.

Em Luanda, Eugénio teve a sorte de encontrar Flora, uma mulher compreensiva e serena, que tem sido para ele uma constante fonte de equilíbrio. Mas ficou-lhe dessa noite memorável um imprevisível descontrolo nervoso, a repugnância por miolos, por melhor confeccionados que sejam, e os pesadelos que, tal como hoje, onze anos depois, o obrigam a reviver o massacre dos catorze negros.

— Vês? Estás aqui comigo. Foi tudo um pesadelo. Olha, sou eu, a tua Flora — repete-lhe a mulher docemente, ajudando-o a libertar-se das últimas imagens do pesadelo.

— Sim, ah sim... és tu — diz-lhe por fim Eugénio, fitando-a com deslumbrado alívio.

Deita-se então, já mais tranquilo e, apertando carinhosamente a mão de Flora, procura adormecer de novo.

Lá fora, os primeiros raios de sol começam a romper a noite.

GLOSSÁRIO

cacana — erva amarga muito apreciada no sul de Moçambique

catha — utensílio que serve para tirar água

chaorro — local onde se toma banho

chima — farinha cozida com sal e água

chima de caracata — farinha de mandioca cozida com água e sal

John — Joanesburgo, África do Sul

Língua — intérprete da Administração

mainata — lavadeira

marrusse — rapariga virgem

mataca — mistura da areia e cal

mathapa — folha de mandioqueira

minhantja — caranguejo branco muito vulgar na Ilha

moleque — empregado doméstico

mucate — bolo de arroz e leite de coco

nuno — senhora

Palácio da Ponta Vermelha — residência oficial do Governador-Geral

Pupapo nhum! — Ó marido!

quimaho — blusa típica das mulheres da Ilha

quitanda — cama feita de madeira e corda

quitundo — bandeja redonda feita de palha

safari — conjunto de calças e balalaica usado em Moçambique

tjasa — ostra perlífera

tocoçado — caril feito com água, cebola, tomate e manga verde ou seca

torritorri — doce de amendoim e açúcar em caramelo

<i>PREFÁCIO</i>	I
ACONTECEU EM SAUA-SUA	7
CANIÇO	19
O BAILE DE CELINA	33
NINGUÉM MATOU SUHURA	47
<i>I—O Dia do Senhor Administrador</i>	49
<i>II—O Dia de Suhura</i>	62
<i>III—O Fim do Dia</i>	70
O ÚLTIMO PESADELO	75
<i>GLOSSÁRIO</i>	III

**Estes contos
são baseados em factos verídicos,
embora os locais e as datas
nem sempre correspondam à realidade**

ERRATA

<i>Página 24 — linha 21</i>	Deve ler-se:
Onde se lê:	
estava	está
passava	passam
<i>Página 27 — linha 21</i>	Deve ler-se:
Onde se lê:	
de sol nascer	de o sol nascer
<i>Página 35 — subtítulo</i>	Deve ler-se:
Onde se lê:	
Dezembro	Abril
<i>Página 36 — linha 34</i>	Deve ler-se:
Onde se lê:	
pobres	nobres
<i>Página 37 — linha 10</i>	Deve ler-se:
Onde se lê:	
pobre	nobre
<i>Página 72 — linha 7</i>	Deve ler-se:
Onde se lê:	
Ela não queria, ir	Ela não queria ir
<i>Página 80 — linha 19</i>	Deve ler-se:
Onde se lê.	
Faicava-lhe os olhos	Faiscava-lhe nos olhos
<i>Página 80 — linha 22</i>	Deve ler-se:
Onde se lê:	
encontrando-lhe a arma	Encostando-lhe a arma
<i>Página 81 — linha 22</i>	Deve ler-se:
Onde se lê:	
na margem	da margem

NINGUÉM MATOU SUHURA  LÍLIA MOMPLÉ



LÍLIA Maria Clara Carrière MOMPLÉ, nasceu a 19 de Março de 1935 na Ilha de Moçambique. Por não haver, na época, escola de ensino secundário na província de Nampula, veio para a então Lourenço Marques. Devido às altas classificações obtidas pôde conseguir a ida para Portugal para prosseguir os estudos. Frequentou o 2.º ano de Filologia Germânica e o Curso Superior de Serviço Social do ISSS de Lisboa.

Depois de, em 1964, viver algum tempo em Londres voltou, em 1965, a Moçambique onde trabalhou na Junta dos Bairros e Casas Populares.

De 1968 a 1971, viveu com o seu marido em S. Paulo e Baía, Brasil.

Regressada a Moçambique voltou à Ilha até 1981, ano em que, ingressando na então Secretaria de Estado da Cultura, veio para Maputo.

Ganhou o 1.º Prémio da Novelística (João Dias) no Concurso Literário do Centenário de Maputo, com o conto «Caniço» ainda inédito.

NINGUÉM MATOU SUHURA é o seu primeiro livro e contém cinco contos baseados em factos verídicos da época colonial.

LÍLIA MOMPLÉ
NINGUÉM MATOU SUHURA

NINGUÉM
MATOU
SUHURA